

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da

giz

Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KFW

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

da República Federal da Alemanha



Mata Atlântica
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Projeto: Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

PN: 12.9077.4-001.00

Consultoria para desenvolvimento de capacidades nos estados da Bahia e Paraná sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima – especialista em economia dos ecossistemas e da biodiversidade e em planejamento de mecanismos financeiros

Consultor: João Guimarães

Contrato nº: 83358367

Produto 3: Fotodocumentação das Oficinas de desenvolvimento de capacidades sobre instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima - Paraná

AQUAFLORA

Sumário

Introdução	3
Oficina Introdutória: Instrumentos Econômicos (25/08/2020)	4
Participantes e Instituições	4
Apresentações realizadas	5
Interação com participantes.....	6
Temas de Interesse para Valoração propostos pelos participantes.....	8
Avaliação da Oficina	9
Encaminhamentos acordados	9
Oficina temática: Sustentabilidade Financeira de Unidades de Conservação (27/08/2020).....	10
Participantes e Instituições	10
Apresentações realizadas	11
Interação com participantes.....	11
Avaliação da Oficina	15
Encaminhamentos acordados	15
Reuniões de acompanhamento.....	15
Oficina temática: Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (01/09/2020)	17
Participantes e Instituições	17
Apresentações realizadas	18
Interação com participantes.....	19
Avaliação da Oficina	22
Encaminhamentos acordados	23
Reuniões de acompanhamento.....	23
Oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais (03/09/2020)	26
Participantes e Instituições	26
Apresentações realizadas	28
Interação dos participantes.....	31
Matriz comparativa de políticas federais e estaduais de Conversão de Multas Ambientais.....	34
Avaliações da Oficina.....	34
Encaminhamentos sugeridos	35
Reunião de acompanhamento	35
Oficina final: Instrumentos Econômicos (22/09/2020)	36
Participantes e Instituições	36
Planos de Ação acordados.....	38

Plano de Ação: Modelos de Gestão de UCs.....	38
Plano de Ação: Compensação Ambiental.....	41
Plano de Ação: Formação de Multiplicadores.....	43
Plano de ação: Arranjo do PSA/RPPN Municipal.....	46
Plano de ação: PSA Biodiversidade	47
Plano de ação: Conversão de Multas Ambientais	48
Impressões sobre os encontros e o processo de aprendizagem.....	49

Introdução

O projeto de Desenvolvimento de capacidades e de estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima no estado do Paraná, teve por objetivo ampliar o acesso à informação referente a este tema, contribuir para melhorar as capacidades de atores chave, e criar estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para investimentos em conservação e o acesso aos mecanismos financeiros disponíveis para políticas e iniciativas de conservação da biodiversidade e enfrentamento da mudança do clima neste estado, envolvendo principalmente o Instituto Água e Terra (IAT) e a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

O presente produto é um relatório sobre as oficinas virtuais realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2020, nas quais foram tratados diferentes instrumentos econômicos. O público das oficinas foram servidores e colaboradores do órgão ambiental executivo do estado do Paraná. Este relatório contém a descrição das atividades relativas a cada oficina, com a lista dos participantes das mesmas, questionamentos levantados, avaliação das atividades, encaminhamentos, planos de ação acordados, bem como as impressões gerais que os participantes tiveram sobre os encontros e sobre todo o processo de aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

**INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS DO CLIMA**

Mata Atlântica
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Datas das Oficinas

- 25/08** - Introdução a economia ambiental e contextualização dos instrumentos econômicos;
- 27/08** - Sustentabilidade econômica e financeira de UCs;
- 01/09** - PSA;
- 03/09** - Conversão de multas ambientais;
- 22/09** - Final.

Reuniões de acompanhamento

- 09/09** - Sustentabilidade financeira UCs
- 11/09** - PSA
- 15/09** - Conversão de multas ambientais

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Por ordem do
Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear
da República Federal da Alemanha

Por meio da
giz
Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KfW

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Figura 1 - Card de programação distribuído aos convidados do ciclo de oficinas do Paraná

Oficina Introdutória: Instrumentos Econômicos (25/08/2020)

A oficina inicial teve como objetivo nivelar os participantes sobre o processo de desenvolvimento de capacidades em instrumentos econômicos para conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima, oferecendo conteúdos de teoria econômica relacionada a questões ambientais e exemplos práticos de valoração econômica de aspectos ambientais, assim como a descrição de instrumentos de gestão para a implementação das políticas voltadas à valoração ambiental e respectivos instrumentos econômicos.

Participantes e Instituições

Ao todo, participaram da primeira oficina do ciclo de oficinas sobre instrumentos econômicos 32 membros do Instituto Água e Terra, além dos facilitadores e do representante da GIZ.

Lista de participantes da oficina:

Número	Nome	Órgão
1	Patrícia Calderari	IAT
2	Tereza Hoffmann	IAT
3	Jean Alex dos Santos	IAT
4	Juçara Garcia	IAT
5	Schirle Margaret dos Reis Branco	IAT
6	Gustavo Henrique Kayser Vargas	IAT
7	Jonar Johannes Roth	IAT
8	Rodrigo Neratika	IAT
9	Aline Fonseca	IAT
10	Evelyn Jacques de Almeida	IAT
11	Junia Woehl	IAT
12	Beatriz de Bem Hirano	IAT
13	Mauro Brito	IAT
14	Tauane Ribeiro	IAT
15	Adilson Wandembruck	IAT
16	Eduardo Abilhoa Mattar	IAT
17	Cesar Koczicki	IAT
18	Caroline Gaspar	IAT
19	Mauro Scharnik	IAT
20	Paulo Santana	IAT
21	Andrey Araújo	IAT
22	Carolina Machado da Rosa	IAT
23	Lucas Nunes Lopes	IAT
24	Lucas Palanicheski Gomes	IAT
25	Natália Golin	IAT

Número	Nome	Órgão
26	Danielle Teixeira Tortato	IAT
27	Gerson Jacobs	IAT
28	Caroline Arruda de Melo	IAT
29	Bruno Reis Martins	IAT
30	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT
31	Thalita Borges	IAT
32	Rafael Andreguetto	IAT

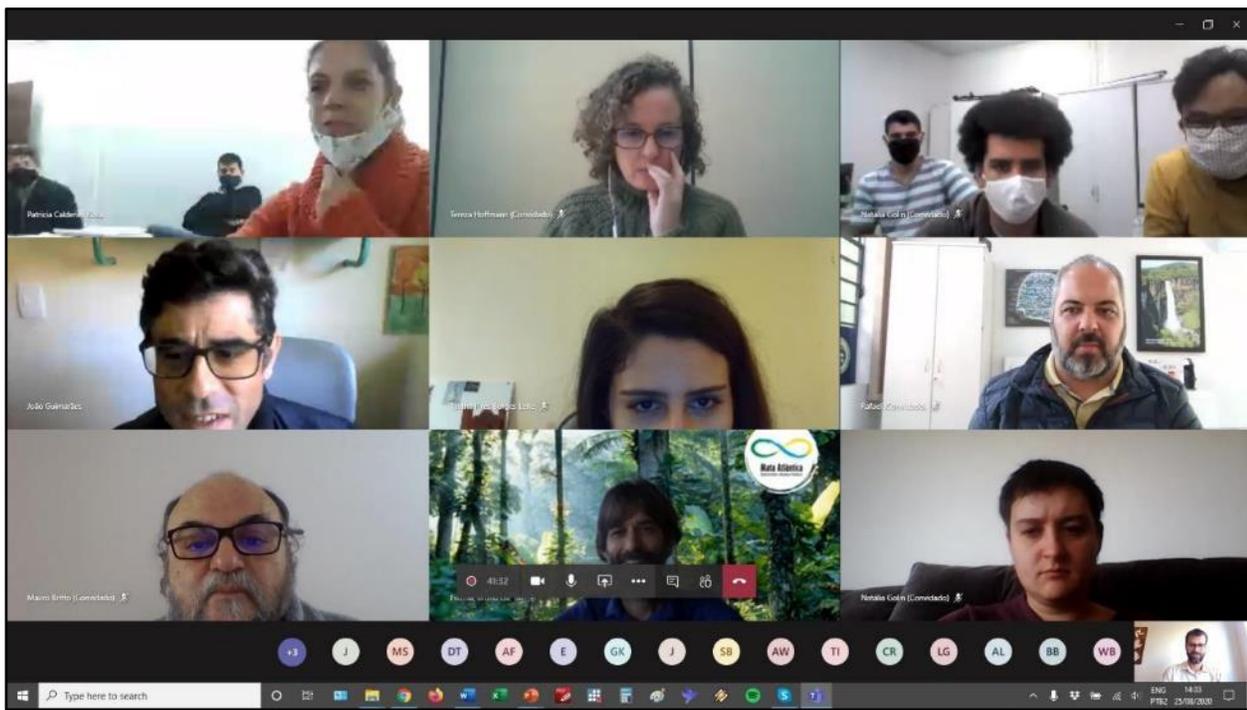


Figura 2 - Print de tela da oficina introdutória

Apresentações realizadas

O facilitador (Pedro Gasparinetti) fez a apresentação do conteúdo utilizando slides por meio d

a plataforma MS Teams. Os temas abordados foram:

- Introdução à microeconomia no contexto dos Instrumentos Econômicos: Relações de Dependência e Impacto; Conceitos de Microeconomia; Instrumentos de Gestão Econômica.
- Instrumentos Econômicos e Mecanismos Financeiros: Conceitos; Análise Custo Benefício; Valoração Ambiental; Critérios para alocação de recursos.
- Critérios e exemplos de casos de avaliação econômica e incorporação de instrumentos econômicos em políticas públicas ambientais.

A apresentação de slides pode ser baixada pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/1NZIN2rkRDKuLBdWA9px46e58egPi4zs0/view?usp=sharing>

O vídeo com a gravação da oficina pode ser baixado pelo seguinte link:

https://drive.google.com/file/d/1y0zyjyzgWjAIRJBq56Ra_gSgbRokwVt7/view?usp=sharing (parte 1)

https://drive.google.com/file/d/1sMSFZny2hW-2psrwPqqC_VvBIOcBLHZK/view?usp=sharing (parte 2)

Interação com participantes

Durante a apresentação, os participantes fizeram perguntas e comentários pelo chat da plataforma de reunião virtual. Como exemplo, são apresentados alguns prints de tela que mostram algumas das perguntas encaminhadas.

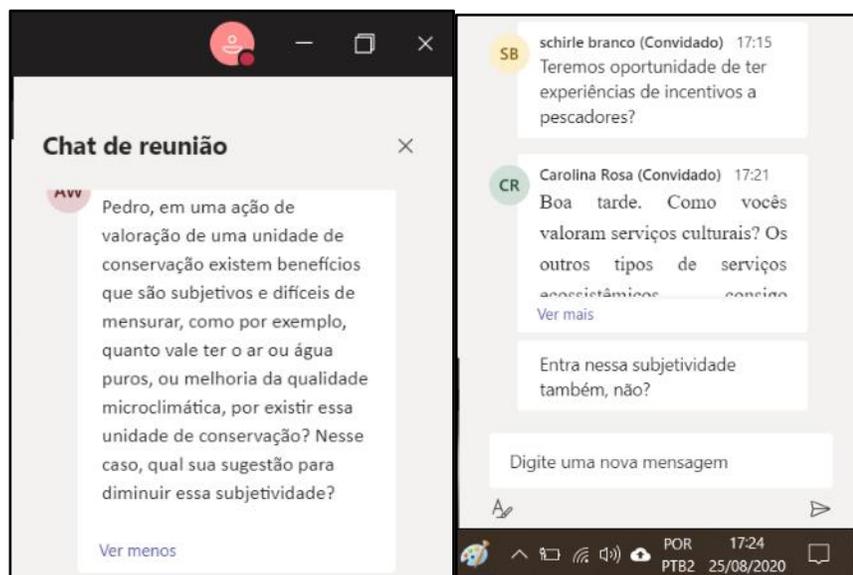


Figura 3 - Perguntas feitas ao facilitador via chat da oficina virtual

Ao longo da oficina foram propostas pelo facilitador perguntas aos participantes para recordar conceitos vistos na apresentação e relacionar os mesmos ao contexto específico das políticas ambientais do estado. Os participantes

- Valoração de externalidades de fontes de energia fóssil (versus energia solar)
- Quanto agrega o ecoturismo na economia
- Impacto de fauna invasora

“MATRIZES EM UC” “Valorar provisão de água” “impacto fauna invasora”

“Valorar a proteção de nascentes para disponibilidade hídrica, além de mostrar o quanto as empresas de saneamento economizariam com a implantação de projetos de PSA nas áreas de mananciais de abastecimento.”

“#areasEstratégicas” “PROTEÇÃO DE APP” “Setor energia Valoração energia solar” “indicadores de desenvolvimento sustentável” “resgate fauna área urbana”

“Valorar a disponibilização de matrizes para coleta de sementes em UCs”

“#EnergiaSolar #SetorEnergia” “ecoturismo em UCs e ganhos sociais” “Ponto de captação de água de montanhas” “FAUNA E DISPERSÃO DE SEMENTES PARA RESTAURAÇÃO AMBIENTAL”

“Valoração da economia no serviço de saúde pública pela existência de uma UC ou % de cobertura por vegetação nativa.” “Valoração de benefícios sociais e econômicos das unidades de conservação”

“turismo de base” “Valorar o quanto uma unidade de conservação gera de benefícios, em função dos serviços ecossistêmicos que ela abriga. Inclusive na melhoria da qualidade de vida das pessoas.”

“água alimento”

“mata ciliar água”

Avaliação da Oficina

A oficina atendeu às expectativas de participação, de transmissão de conteúdo e de engajamento dos participantes. De acordo com as manifestações sobre o conceito considerado mais interessante pelos participantes, entre os apresentados na oficina, o de “valoração econômica” se destacou.

“PGPMBio.” “valoração=avaliação, valoração diferente de valorização” “métodos valoração”

“métodos de valoração” “métodos de valoração” “Valoração x valorização”

“Valoração dos serviços ecossistêmicos.” “#Sobreposiçãodevalorizaçãodeserviçosecossistêmicos” “FORMAS DE VALORAÇÃO”

“Valoração” “modelagem preço x adesão” “Valoração” “Valoração” “valoração” “Instrumentos”

“O conceito de valoração” “#métodosdevalorização #soluçõesfalahasdemercado”

Encaminhamentos acordados

A oficina introdutória serviu de embasamento teórico e preparação para as oficinas temáticas. O encaminhamento principal foi que os participantes atenderiam às oficinas temáticas segundo interesse e interface do conteúdo com suas atribuições no IAT-PR ou na SEDEST, e que os interessados em se envolverem no desenvolvimento dos planos de ação também participariam de reuniões de acompanhamento, com participação dos facilitadores contratados pelo Projeto Mata Atlântica.

Oficina temática: Sustentabilidade Financeira de Unidades de Conservação (27/08/2020)

Esta oficina teve como objetivo desenvolver capacidades de técnicos e gestores estaduais para captar recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação, identificando mecanismos financeiros disponíveis que se enquadram em nas necessidades e demandas dos órgãos gestores; discutir e analisar as opções para financiamento de UCs Estaduais, especificamente as RPPNs, por meio de aperfeiçoamento de mecanismos já existentes, como a compensação ambiental, ou pelos envolvimento de novos mecanismos; analisar o estado atual de mecanismos de financiamento, identificar atividades para o aperfeiçoamento de sua implementação no estado; desenvolver capacidades para que técnicos possam replicar conteúdo e orientar proprietários de RPPNs em processos de captação de recursos.

Participantes e Instituições

Ao todo, participaram da primeira oficina do ciclo de oficinas sobre instrumentos econômicos 20 membros do Instituto Água e Terra, além dos facilitadores e do representante da GIZ. Houve também a participação especial de Yuri Salmona, diretor executivo da ONG Instituto Cerrados, que apresentou os principais desafios e oportunidades para o apoio a proprietários e captação de recursos para a criação de RPPNs.

Lista de participantes da oficina:

Número	Nome	Órgão
1	Mariese Cargnin Muchailh	IAT
2	Tereza Hoffmann	IAT
3	Jean Alex dos Santos	IAT
4	Juçara Garcia	IAT
5	Schirle Margaret dos Reis Branco	IAT
6	Gustavo Henrique Kayser Vargas	IAT
7	Jonar Johannes Roth	IAT
8	Aline Fonseca	IAT
9	Evelyn Jacques de Almeida	IAT
10	Junia Woehl	IAT
11	Beatriz de Bem Hirano	IAT
12	Mauro Brito	IAT
13	Tauane Ribeiro	IAT
14	Eduardo Abilhoa Mattar	IAT
15	Bruno Reis Martins	IAT
16	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT
17	Adilson Wandembruck	IAT
18	Rafael Andreguetto	IAT
19	Raquel Vicente	IAT
20	Patrícia Calderari	IAT



Figura 4 - Print tela com participantes da oficina

Apresentações realizadas

O facilitador Pedro Gasparinetti, em conjunto com o economista Leonardo Bakker, apresentaram os principais tipos e categorias de mecanismos financeiros (destacando características como origem, tipo, características do recurso), as atividades financiáveis e possibilidades de uso para cada um deles. Foram focadas duas categorias de áreas protegidas: UCs públicas estaduais e RPPNs. (1) Para as UCs estaduais, foram abordados os mecanismos de: Permissão de Uso, Cessão, e Gestão compartilhada. (2) Para RPPNs, foram abordadas fontes adicionais às que envolvem repasse do estado, como fontes não-reembolsáveis e *Green Bonds*. Foram apresentados os conceitos e funcionamento de cada mecanismo, exemplos, passo a passo para acesso e discutidos os gargalos para implementação de desenvolvimento dos mecanismos.

A apresentação de slides pode ser baixada pelo seguinte link:

https://docs.google.com/presentation/d/1yScrcREgxKTq--nqJwXpZ1CYp6Orv1WUyflq6HJ_EDc/edit?usp=sharing

O vídeo com a gravação da oficina pode ser baixado pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/14Mk1GEYf4ChJpCE404ICDUGMQ-Dhkt1q/view?usp=sharing> (parte 1)

<https://drive.google.com/file/d/1T9prcL8P5QH0WMRSudiw4PBAd1GkWHDN/view?usp=sharing> (parte 2)

Interação com participantes

Os participantes foram divididos em em 3 grupos de trabalho, visando a geração de 3 Planos de Ação para a sustentabilidade financeira de UCs: (1) Modelos de Gestão de UCs; (2) Compensação Ambiental; (3) Formação de Multiplicadores. Na oficina, foram dados os primeiros passos para sistematizar o contexto, desafios e

oportunidades para o desenvolvimento da temática. A partir da proposição de perguntas orientadoras, os participantes realizaram discussões em relação aos 3 temas e iniciaram a indicação conjunta de ações necessárias para que estas agendas possam ser desenvolvidas no âmbito das atribuições do IAT-PR.

As perguntas propostas pelos facilitadores para orientação dos debates foram as seguintes:

- 1) O que já vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico/formação da equipe?
- 2) Quais os principais desafios e entraves para seu avanço no estado?
- 3) Quais as oportunidades que os IEs e formação de equipe podem gerar ao estado?
- 4) O que ainda precisa ser feito para resolver os gargalos? Quem precisa ser envolvido?
- 5) O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível?
- 6) O que poderia ser feito adicionalmente com uma equipe maior/novas consultorias?

Grupo 1: Modelos de Gestão de UCs

A sistematização do contexto desenvolvida pelo grupo é apresentada a seguir:

O que vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico/formação da equipe

- Fase inicial: Construção de diagnóstico das Unidades de Conservação;
- Análise estratégica está sendo feita (verificação das características das UCs)
 - Especificidades de cada UC estão sendo mapeadas para a proposição de modelos de gestão em cada contexto
- Vistoria técnica para padronização das informações obtidas no diagnóstico
- Análise das compensatórias (possível fonte de financiamento para apoiar gestão das UCs)
- Instrumentos financeiros ainda serão avaliados para melhor aplicação
- Municípios já utilizam modelos de gestão (Termos de referência, Termos de cooperação, e gestão compartilhada OSCIP)

Oportunidades que os modelos de gestão podem gerar ao Estado

- ONGs, redes de educação ambiental: construção de relacionamento entre instituições
- Aliviar o ônus público com apoio de parcerias
- Acesso a novas fontes
- Procedimento jurídico construído para o próprio estado do Paraná
- Desburocratização de processos

Principais desafios e entraves para seu avanço no Estado

- Falta de manuais para implementação dos modelos
- Arcabouço jurídico
- Vontade política para somar esforços na adoção de alternativas de gestão / mudanças políticas alteram os encaminhamentos na gestão das UCs
- Desburocratizar atividades relacionadas à implementação de modelos de gestão

- Falta de infraestrutura das UCs (internet etc.) e dificuldade na catalogação das informações
- Áreas com potencial, porém a falta de regularização fundiária para implementar os modelos de gestão (processo longo)
- Empresa contratada para verificar a regularização fundiária nas UCs
- Dificuldade na comunicação (chefes UCs, terceirizados, funcionários)
- Divergência da gestão do Estado com a visão dos municípios
- Falta de corpo técnico (IAT)
- Necessidade de maior equipe para mapear alternativas de modelos de gestão

Como a situação fundiária vem afetando a construção de modelos de gestão de UCs no estado do Paraná

- Praticamente todas as UCs têm problemas com reg. Fundiária. Mesmo com contratação de empresa há um tempo para início das atividades.
- A Reg. Fundiária facilita o planejamento estratégico e mudanças de governo afetam diretamente também esse planejamento.
- **Solução:** priorização das UCs com potencial turístico / instituições de pesquisa / cadeias produtivas no viés do desenvolvimento sustentável

Grupo 2: Compensação ambiental

A sistematização do contexto desenvolvida pelo grupo é apresentada a seguir:

1) O que já vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico/formação da equipe?

- Câmara técnica de compensação ambiental foi recentemente reativada (portaria 250 - 27/08/2020)
- Aprovar o cálculo da metodologia de gradação de impacto ambiental
- Aprovar termo de compromisso e plano de aplicação
- Planejar e aprovar o planej. Anual de execução e o plano operativo anual

2) Quais os principais desafios e entraves para seu avanço no estado?

- Processos de compensação parados
- Estabilidade de funcionários na câmara para dar continuidade de processos
- Falta de técnicos (concurso ainda a acontecer)
- Faltam mecanismos regulatórios para facilitar aplicação de recursos
- Dificuldade de reedição de termos de compensação para redirecionar para outras destinações - outras UC, outras ações (quando as iniciais já foram atendidas)
- Restrições de uso de recursos em UC de uso sustentável que podem ajudar na conectividade

3) Quais as oportunidades que os IEs e formação de equipe podem gerar ao estado?

- Aumento na visibilidade do ecoturismo no estado, por meio da melhora da qualidade das UCs;
- R\$ 5 bilhões em empreendimentos que ainda tem que passar pelo processo de compensação ambiental (+ R\$ 10 milhões - R\$ 50 milhões), sendo que já estão disponíveis cerca de R\$ 30 milhões por compensações anteriores
- Reativação da câmara técnica pode destravar
- Diagnóstico de demandas das UC foi feito recentemente
- Entrada de residentes e bolsistas ajudará a reforçar o corpo técnico envolvido em compensação
- Criação de corredores ecológicos conectando UCs (se for possível destinação para UC Uso Sustentável)

4) O que ainda precisa ser feito para resolver os gargalos? Quem precisa ser envolvido?

- Manter diálogo frequente com Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado para canalizar de forma mais eficiente recursos de TAC, TAJ
- Plano de aplicação de recursos (estratégico/operacional)
- Alimentar e manter atualizada matriz de demanda de aplicação para priorizar as UCs que necessitam de mais investimentos ou tem mais urgência

5) O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível?

- Completar a primeira versão da matriz de necessidades de aplicação
- Levantamento e organização dos processos de compensação (documentos, contatos, estudos ambientais)

6) O que poderia ser feito adicionalmente com uma equipe maior/novas consultorias?

- Cálculo do valor de compensação de todos os empreendimentos (mais de 100)
- Divisão de tarefas de levantamento, coleta de informações, cálculo (ter uma “linha de produção”)

Grupo 3: Formação de Multiplicadores

Na oficina, foram dados os primeiros passos para sistematizar o contexto, desafios e oportunidades para o desenvolvimento da temática. A sistematização do contexto desenvolvida pelo grupo é apresentada a seguir:

O que vem sendo feito para fazer avançar o programa de formação de multiplicadores?

- Identificação de temas de interesse para capacitação de multiplicadores.
- Planejamento de capacitações para proprietários de RPPNs sobre geração de renda e sustentabilidade de Reservas.
- Planejamento de parcerias com: GIZ, Fundação Grupo Boticário, SEBRAE.
- Capacitações com técnicos de Municípios sobre conservação do patrimônio natural voltada ao ICMS Ecológico. (Caravana)
- Divulgação de materiais de apoio para a criação e a gestão de UCs.
- Planejamento de mecanismos legais de apoio às RPPNs.

Principais desafios e entraves para seu avanço no estado

- Muito tempo é gasto pela equipe tirando dúvidas pontuais de proprietários e municípios;
- Alto custo para elaborar planos de manejo para RPPNs;
- Identificar fontes de recursos para apoio às RPPNs;
- Identificação de proprietários prioritários/motivados para criação de RPPNs;
- Identificar parcerias para apoio técnico - universidades apoiando georreferenciamento;
- Sensibilização dos tomadores de decisão do sistema SEDEST quanto à importância dos incentivos financeiros para ações de conservação da biodiversidade:
 - Repasse de recursos para proprietários não é bem visto.
- Falta de critério de municípios para criar unidades de conservação - esforço mal aproveitado:
 - Poderiam se enquadrar em categorias de manejo mais adequadas.
- Técnicos dos Municípios para identificação de áreas potenciais para criação de UCs;
- Melhoraria do engajamento caso houvesse sequência de projetos de PSA;

- ICMS-E é limitado - aumento de UCs pulveriza recursos, torna a criação de RPPNs menos atrativa para os municípios - concorrência entre municípios.

Oportunidades que os programas de capacitação e formação de equipe podem gerar ao estado

- Trabalhar com municípios com baixo IDH (e alto nível de conservação)
- Criação de RPPNs no Oeste do Estado (maior interesse) e na região Centro-Sul.
- Incentivar o uso público e geração de renda em RPPNs.
- Incremento de área protegida (proteção integral principalmente).
- Melhoria da gestão das RPPNs e, conseqüentemente, na qualidade ambiental das Reservas, incrementando SE como captura de carbono, manutenção da água, polinização, etc.
- Melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Avaliação da Oficina

A oficina atingiu seus objetivos e seus participantes demonstraram grande interesse e conhecimento sobre o tema e foram muito eficientes em sistematizar os pontos levantados pelos facilitadores para a estruturação da problemática e contexto. Essa eficiência vem de uma demonstrada maturidade do processo interno do IAT, em que fica claro que seus membros já vêm discutindo a temática há um tempo considerável, tendo inclusive bem divididas as responsabilidades referentes a cada componente discutido nas reuniões.

Encaminhamentos acordados

Após as apresentações dos principais pontos debatidos em cada um dos três grupos, os facilitadores propuseram aos participantes, que fossem feitas reuniões de acompanhamento para avaliação de progressos de cada grupo de trabalho em relação ao desenvolvimento de planos de ação específicos para os três temas abordados na oficina de Sustentabilidade financeira de UCs (Modelos de Gestão de UCs, Compensação ambiental e Formação de multiplicadores). Foram então agendadas estas três reuniões de acompanhamento.

Reuniões de acompanhamento

Grupo 1: Modelos de Gestão de UCs

No dia 9 de setembro de 2020 foi realizada a reunião de acompanhamento com 8 funcionários do Instituto Água e Terra (IAT) para discutir a temática de "modelos de gestão de UCs". A reunião teve início com um recordatório do que havia sido construído em conjunto na sessão de "sustentabilidade financeira das UCs" no dia 27 de agosto. Os participantes debateram cada uma das perguntas sobre o que vem sendo feito atualmente, entraves, oportunidades e o que pode ser feito com a equipe atual e em um cenário de aumento de funcionários.

Ao longo da reunião foi possível identificar algumas ações que já estão em curso no IAT como a elaboração do diagnóstico e análise estratégica que identifica as potencialidades de cada UC. Outras ações para o futuro estão previstas como mapeamento de instituições para parcerias (universidades, montanhistas, etc), a criação de um Grupo de Trabalho para discutir a aplicação de diferentes modelos de gestão para as UCs no Paraná e a melhoria de infraestrutura nas UCs para a melhor aplicação dos modelos. Os participantes mostraram também a necessidade de revisão do arcabouço jurídico dos modelos de gestão no estado e, além disso, debateram que o planejamento das ações futuras estaria relacionado com a expectativa da realização de concursos públicos que irão expandir a capacidade do IAT na discussão dos modelos de gestão de UCs.

Grupo 2: Compensação ambiental

Na parte inicial da reunião de acompanhamento para o instrumento de compensação ambiental, os técnicos do IAT participantes relataram que ações para aperfeiçoamento do gerenciamento de processos de compensação já estão ocorrendo e o que pareceu, no momento, o mais importante para o aperfeiçoamento desta política: a organização e sistematização destes processos, buscando uma maior homogeneidade e eficiência de procedimentos. Os participantes do grupo de trabalho também manifestaram a necessidade de apresentar o processo de desenvolvimento do plano de ação para gerentes que têm a incumbência de tomada de decisão em relação a essa política, de forma que o plano de ação seja discutido e validado em nível gerencial, para sua efetiva aplicação. O líder do grupo de trabalho se comprometeu então em realizar uma reunião com estas gerentes para obter feedback e orientações acerca da construção deste plano de ação.

Acordou-se então que a versão final do plano de ação para aperfeiçoamento dos processos de compensação ambiental no IAT seria concluída após a reunião com gerentes e os respectivos encaminhamentos.

Grupo 3: Formação de Multiplicadores

A reunião de acompanhamento do grupo de formação de multiplicadores foi focada em revisar e aprofundar o que havia sido desenvolvido até o momento sobre o plano de ação do tema.

Foi detalhado quem seria responsável pelo desenvolvimento de cada um dos itens incluídos anteriormente. O cronograma com as atividades e responsáveis foi validado, assim como o detalhamento dos itens de contextualização.

O feedback dos participantes para o processo deste GT foi bastante positivo, principalmente devido à troca de experiências, alinhamento entre os participantes e facilitação para sistematização dos processos e planos.



Figura 5 - Participantes da reunião de acompanhamento sobre Formação de multiplicadores

Oficina temática: Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (01/09/2020)

Esta oficina teve como objetivos: apresentar e analisar o estado atual de políticas e projetos de PSA, tanto a nível federal como no Paraná, assim como identificar atividades para o aperfeiçoamento de sua implementação no estado e dar início à discussão de um plano de ação neste sentido.

Participantes e Instituições

Participaram da oficina temática sobre Pagamento por Serviços Ambientais 20 membros do Instituto Água e Terra, além dos facilitadores e representante da GIZ.

Lista de participantes da oficina sobre Pagamento por Serviços Ambientais

Número	Nome	Órgão
1	Tereza Hoffmann	IAT
2	Tauane Ribeiro	IAT
3	Eduardo Abilhoa Mattar	IAT
4	Cesar Koczicki	IAT
5	Caroline Gaspar	IAT
6	Mauro Scharnik	IAT
7	Paulo Santana	IAT
8	Andrey Araújo	IAT
9	Carolina Machado da Rosa	IAT
10	Lucas Nunes Lopes	IAT
11	Lucas Palanichski Gomes	IAT
12	Natália Golin	IAT
13	Danielle Teixeira Tortato	IAT
14	Bruno Reis Martins	IAT
15	Juçara Garcia	IAT
16	Mauro Britto	IAT
17	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT
18	Jean Alex dos Santos	IAT
19	Adilson Wandembruck	IAT
20	Patrícia Calderari	IAT

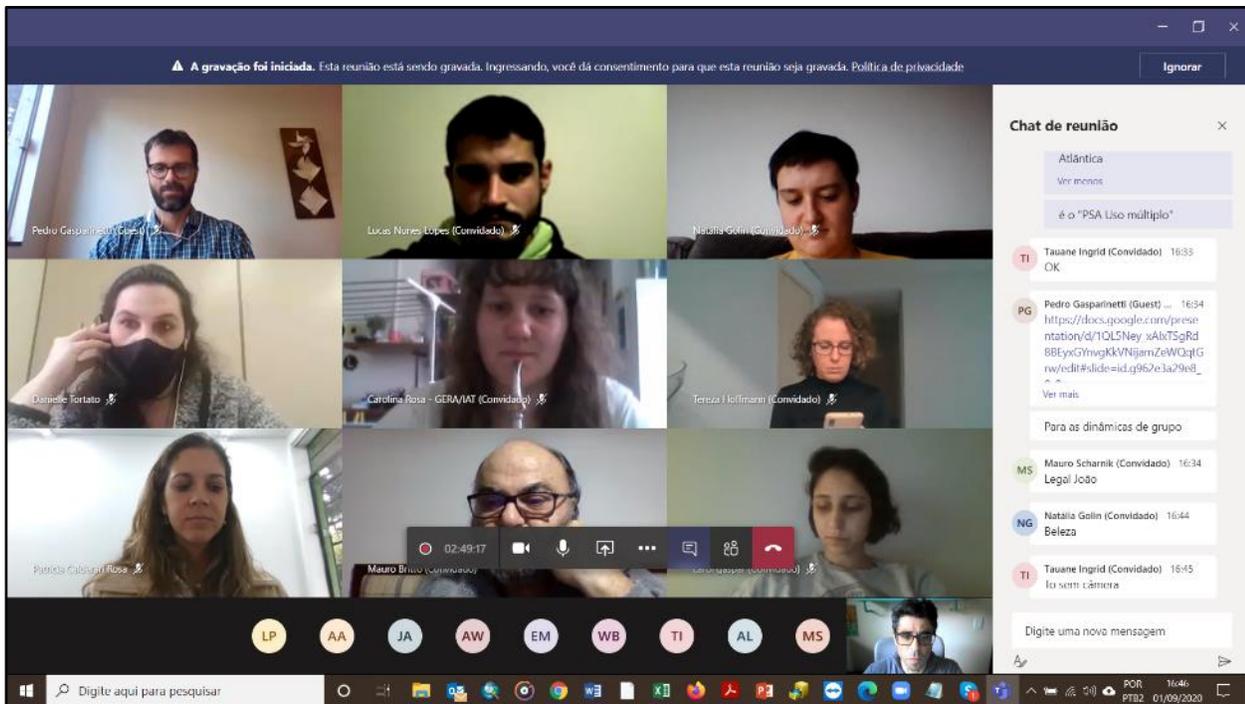


Figura 6 - participantes da oficina sobre Pagamentos por Serviços Ambientais

Apresentações realizadas

O facilitador da oficina, Pedro Gasparinetti, apresentou conceitos-chave de microeconomia sobre serviços ecossistêmicos e remuneração de proprietários de terras pelo incremento e manutenção destes serviços em suas propriedades (sendo esta a prestação de “serviços ambientais”). Também descreveu as diferentes modalidades de PSA desenvolvidas atualmente no Brasil, como PSA ligado à água, carbono, biodiversidade, entre outros. Indicou também fontes de informações sobre os projetos de PSA em desenvolvimento no país, como a Matriz Brasileira de Serviços Ecossistêmicos e a publicação “Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil”, duas iniciativas da organização Forest Trends.

Em seguida, João Guimarães apresentou um breve panorama do marco regulatório em discussão atualmente no Congresso Nacional, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), na forma do projeto de lei 5028/2019, destacando os instrumentos de gestão propostos nesta política, assim como prós e contras levantados por especialistas em relação ao projeto de lei. Também apresentou um projeto de PSA de abordagem semelhante ao programa de PSA voltado para conservação da biodiversidade (PSA Biodiversidade) em desenvolvimento pelo IAT-PR, sendo este projeto o Conexão Mata Atlântica (MCTI, SIMA-SP, INEA-RJ e IEF-MG). Foi destacado o fato de que o projeto Conexão Mata Atlântica obteve recursos de financiamento internacional (Global Environmental Facility – GEF) por meio de convênio de financiamento não-reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e que seria interessante o IAT-PR conhecer melhor o processo que levou a este convênio, visto que o órgão ambiental paranaense vislumbra a necessidade de recursos externos para financiamento do programa PSA Biodiversidade.

Na sequência, a técnica responsável pelo programa de PSA para RPPN do IAT, Tereza Hoffmann, apresentou a legislação estadual referente ao instrumento de PSA, e as principais características e o histórico do programa PSA-RPPN. Também descreveu a proposta de reformulação do programa, visando tornar o mesmo mais abrangente e diversificado, se tornando um “PSA de Biodiversidade”, onde outras áreas particulares (não somente RPPNs)

podem ser contempladas, visando principalmente o estímulo ao estabelecimento de corredores ecológicos (incluindo apoio a atividades de restauração ecológica). O novo programa também buscará apoiar e capacitar proprietários de RPPNs interessados em desenvolver atividades geradoras de renda (compatíveis com a conservação das áreas), de modo a colaborar com a sustentabilidade financeira destas unidades de conservação particulares. Tereza também indicou desafios a serem vencidos, como estimular a criação de RPPNs em “vazios” de unidades de conservação do estado (como o centro-sul e o noroeste), e também como captar recursos adicionais para o financiamento do programa, além dos já utilizados, como o Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Por fim, Pedro Gasparinetti também apresentou novas modalidades de arranjos de PSA, ainda não desenvolvidas no Brasil, que podem trazer inovações para o programa paranaense de PSA. Uma delas é o “PSA baseado em crédito”, no qual busca-se vincular o acesso ao crédito para atividades econômicas (principalmente agricultura) a resultados de conservação, e tornar o custo do crédito dependente de atingimento de resultados ambientais. A outra é o PSA que remunera melhor propriedades engajadas que estejam próximas entre si, por meio de um “bônus de aglomeração”. Isto pode trazer vantagens como maiores benefícios ecológicos, economia em custos administrativos e maior facilidade de monitoramento de performance ambiental.

Os slides da apresentação podem ser baixados pelo seguinte link:

https://drive.google.com/file/d/1H_1uUkOU8XXklyGD4Hctpo8_aFuUADnZ/view?usp=sharing

O vídeo com a gravação da oficina pode ser visualizado ou baixado pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/1XPqhoGurkIQD0IXQW-gxqAekUZsbtSIG/view?usp=sharing> (parte 1)

<https://drive.google.com/file/d/1hyWtWmctNuRn6sKbdbgW1t1F5LRVLzil/view?usp=sharing> (parte 2)

Interação com participantes

Na segunda parte da oficina, os participantes foram divididos em dois grupos de discussão, que foram convidados a avaliar conjuntamente desafios e oportunidades para o aperfeiçoamento do programa de PSA estadual. Com base em recomendações e demandas preliminarmente consultadas com especialistas do IAT-PR, dois temas foram trabalhados: 1) Desenvolvimento de arranjos para o estabelecimento de projetos de PSA coordenados por prefeituras municipais, com recursos do ICMS ecológico, e 2) Ações necessárias para o desenvolvimento do novo programa de PSA (PSA Biodiversidade).

Para orientar o debate, algumas perguntas foram apresentadas a estes grupos:

- 1) Quais os serviços ecossistêmicos seriam abordados neste arranjo de PSA?
- 2) Quais setores, entre provedores e beneficiários de serviços ecossistêmicos, seriam envolvidos nesses projetos?
- 3) Quais seriam as áreas prioritárias para esses projetos?
- 4) Quais seriam as possíveis fontes de recursos para esses projetos?
- 5) Quais aspectos legais estão relacionados a implementação desses projetos?
- 6) Quais seriam as estratégias para sensibilização de municípios parceiros?
- 7) Quais possíveis estudos de valoração econômica ambiental poderiam trazer subsídios técnicos para esses projetos?

Os participantes também foram estimulados a discutir e iniciar o desenho de uma linha do tempo de ações para o desenvolvimento destes novos arranjos de PSA, que serviria como passo inicial para a construção de planos de ação para estas duas modalidades de projetos.

A seguir seguem as contribuições dos dois grupos de discussão para os referidos temas:

Grupo 1: Arranjo do PSA/RPPN Municipal

Objetivo inicial: Elaborar fluxograma de processos e papéis de cada instituição, aspectos legais e estratégias para sensibilização de municípios

Serviços Ecológicos contemplados

Biodiversidade / Unidades de Conservação, Água, Regulação climática / Carbono / restauração, Regularização ambiental, Turismo.

Setores Envolvidos

- Ofertantes (Fornecedores de Serviços Ecológicos - Beneficiários dos Pagamentos): Proprietários de RPPN
- Demandantes (Beneficiados pelos Serviços Ecológicos): Municípios (arrecadação); População em geral; Produtores rurais (polinização e água)

Áreas Prioritárias

- Atendendo demandas já existentes
- Diversas regiões do Estado
- Municípios: Lunardelli, Guaraqueçaba, Antonina, Santa Fé, etc.

Fontes de Recursos

- Prioritário: ICMS-Ecológico
- Outras possibilidades: Fundo de compensação

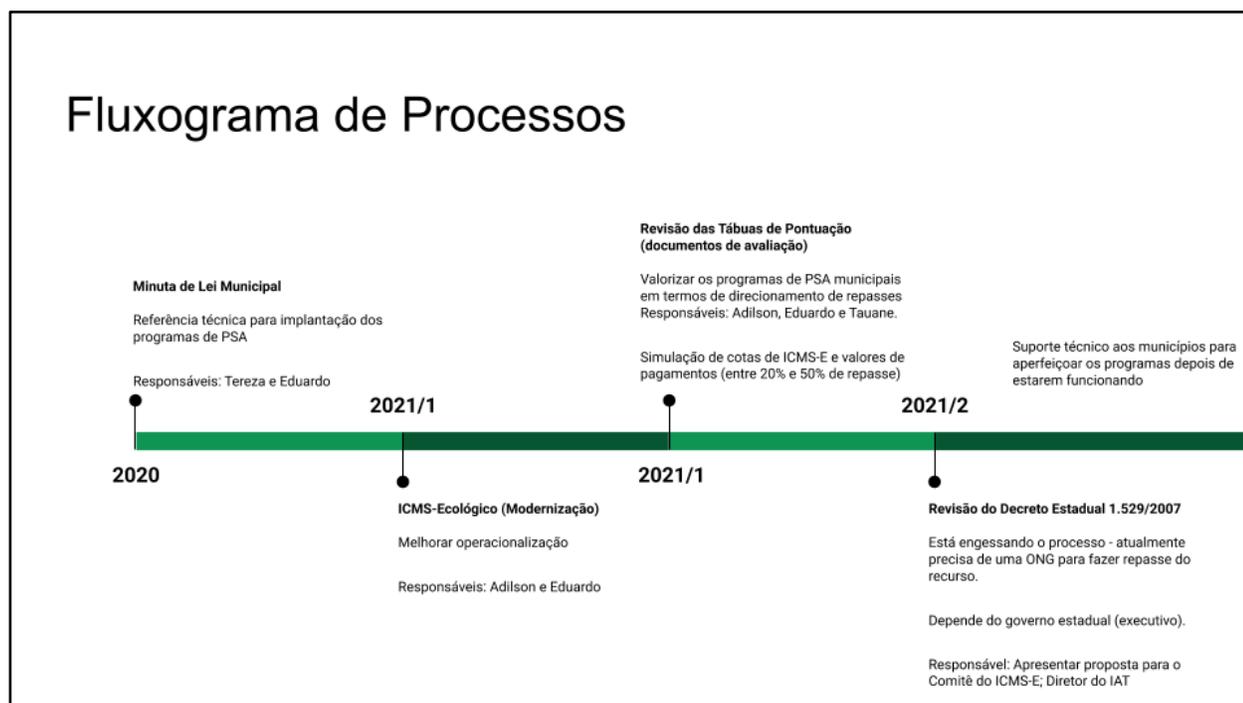
Aspectos legais

- Quais leis apoiam o processo: Lei Estadual 17.134/2012 PR; Portaria IAP 263/1998
- Quais normas precisam ser criadas ou atualizadas: Decreto Estadual 1.529/2007. (1) Está engessando o processo - atualmente exige uma ONG para fazer repasse do recurso

Estratégias para sensibilização de municípios

- A equipe do ICMS Ecológico está em constante comunicação com os municípios e tem difundido as diretrizes para o PSA municipal.
- A manutenção da agenda de atendimentos é a principal estratégia para difundir o mecanismo.
- Geração de informações técnicas para subsidiar decisões políticas dos municípios.
- Transparência de dados
- Diversos municípios já estão sensibilizados.

Fluxograma inicial de processos



Grupo 2: PSA Biodiversidade

Objetivos iniciais: Elaborar fluxograma de processos, identificar possíveis fontes de recursos e identificar possíveis áreas/municípios potenciais para implantação de projeto piloto

Serviços Ecosistêmicos contemplados

- Biodiversidade (Isso de certa forma compreende outros SE, como água, carbono, etc); Incremento de vegetação nativa (através de restauração ambiental).
- Outros benefícios: educação ambiental; ecoturismo.

Setores Envolvidos

- Ofertantes (Fornecedores de Serviços Ecosistêmicos - Beneficiários dos Pagamentos): Proprietários rurais; Assentamentos rurais e comunidades tradicionais; Proprietários de RPPNs.
- Demandantes (Beneficiados pelos Serviços Ecosistêmicos): População em geral/Estado; Alunos de escolas/universidades; Empresas usuárias dos SE.

Áreas Prioritárias

- Possíveis áreas/municípios potenciais para implantação de projeto piloto: Áreas Ecologicamente Prioritárias (p. ex: Áreas Estratégicas para conservação/restauração, cf. Resol. IAP (05/2009)
- Custo de oportunidade da terra: não pode ser fator de prioridade, pois áreas importantes com alto custo de oportunidade podem não ser contempladas.
- Regiões apontadas como prioritárias:
 - Entorno UC públicas (p.ex : PE de Vila Velha, PE do Monge)
 - Noroeste do PR

- Floresta Estacional semidecidual/Norte, Noroeste
- Centro-Sul (produtores de erva-mate)
- Interessante tentar atrelar este programa de PSA ao Programa de Regularização Ambiental - PRA
- Médias/grandes propriedades rurais: PSA baseado em crédito.

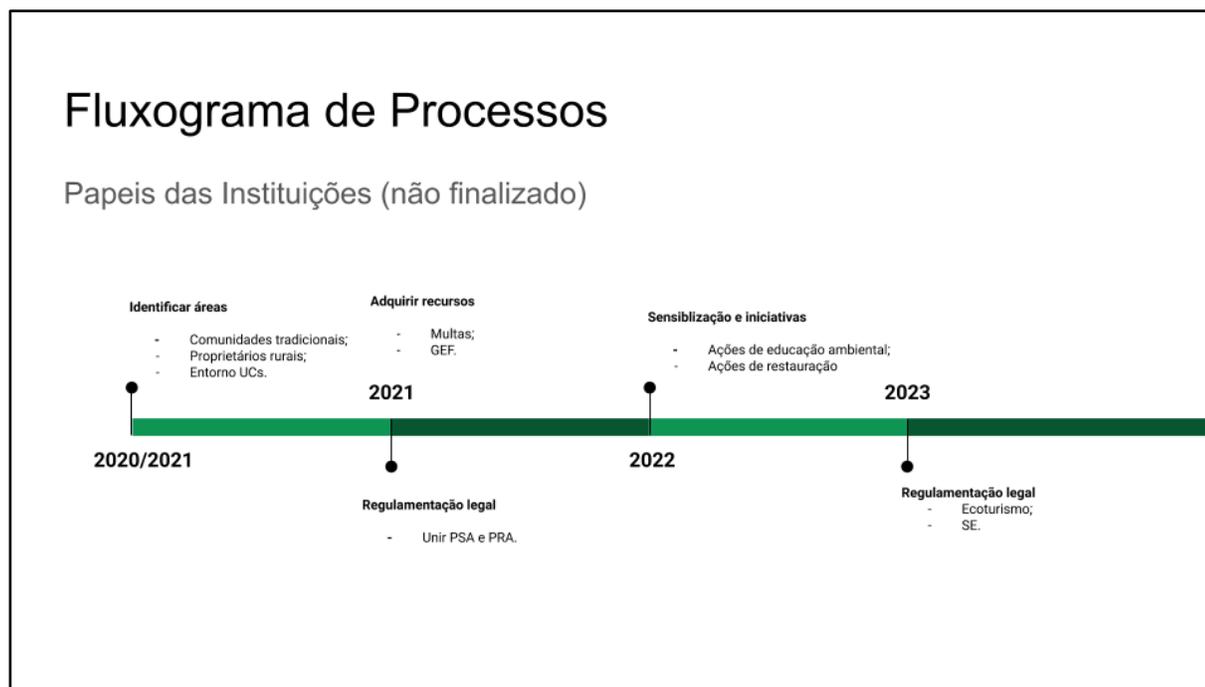
Fontes de Recursos

- Há necessidade de recursos externos.
- Estudar possibilidades de fontes de medidas compensatórias, condicionantes de licenciamento (como no projeto Conexão Mata Atlântica).
- Recursos de Conversão de multas: ainda é preciso conseguir explicitar melhor potenciais resultados.
- Interface c/ PSA hídrico - Recursos dos Comitês de Bacias.
- Aproximação com OEMAs envolvidos com projeto Conexão Mata Atlântica para conhecer possibilidades de financiamento via GEF.

Estudos de valoração

- Valoração de UCs
- Critérios de priorização de áreas

Fluxograma inicial de processos



Avaliação da Oficina

Pelo fato dos debates e as apresentações das reflexões dos dois grupos de discussão terem tomado mais tempo que o previsto, e pelo adiantado da hora, não houve tempo hábil para uma rodada de avaliações, sendo que a oficina foi encerrada após os encaminhamentos relativos ao agendamento das reuniões de acompanhamento do processo de desenvolvimento dos planos de ação.

Encaminhamentos acordados

Após as apresentações dos principais pontos debatidos em cada um dos dois grupos de discussão, os facilitadores da oficina propuseram aos participantes a realização de reuniões de acompanhamento para avaliação de progressos de cada grupo de trabalho em relação ao desenvolvimento de planos de ação específicos para os dois temas abordados na oficina de PSA (PSA Municipal e PSA Biodiversidade). Foram então agendadas estas duas reuniões de acompanhamento.

Reuniões de acompanhamento

Grupo 1: Arranjo do PSA/RPPN Municipal

Os participantes deste grupo de trabalho já traziam conceitos e definições bem estabelecidas sobre como avançar com o plano de ação. A reunião teve como foco a sistematização destas definições e finalização do plano de ação.

Foi apontado que existe uma demanda pré-existente relacionada a PSA desde proprietários e municípios, que buscam apoio em diversas regiões do Estado, como os municípios de: Lunardelli, Guaraqueçaba, Antonina, Santa Fé, etc. Outras áreas com tradição de manejo (Erva Mate, Madeira, Pinhão) não têm muitas RPPNs.

Diversos municípios já estão sensibilizados. A equipe do ICMS Ecológico está em constante comunicação com os municípios e tem difundido as diretrizes para o PSA municipal. A manutenção da agenda de atendimentos é a principal estratégia para difundir o mecanismo. Geração de informações técnicas para subsidiar decisões políticas dos municípios. (folder para criação de RPPN, UC-Estadual, ICMS-E) (não tem de PSA)

O facilitador, Pedro Gasparinetti, ressaltou a importância de envolver setores beneficiados por serviços ecossistêmicos (setores dependentes) que poderiam ter interesse em financiar programas de PSA. Os participantes apontaram os setores de abastecimento de água, indústria de bebidas, celulose e química como potenciais beneficiários da manutenção de provisão de água. A fonte prioritária de recursos para este programa de PSA seria o ICMS-Ecológico. Outras possibilidades seriam o Fundo de compensação e o setor privado (dependente), como hidrelétricas, setor de abastecimento de água, bebidas.

Foram sistematizadas as principais leis que devem apoiar o processo:

- Lei Estadual 17.134/2012 PR
- Portaria IAP 263/1998 - IAP

Algumas normas precisam ser atualizadas, como o Decreto Estadual 1.529/2007. (1) Está engessando o processo - atualmente precisa de uma ONG para fazer repasse do recurso - desmotiva). (2) Forma rígida de prestação de contas. Municípios devem lançar leis para regulamentar programa de PSA municipal - minuta de lei em fase de elaboração.

A partir das contribuições dos participantes, foi construído então novo fluxograma do tipo linha do tempo das ações necessárias para se atingir este objetivo, que está apresentado no item “Planos de ação acordados”.

Grupo 2: PSA Biodiversidade

No início da reunião de acompanhamento do grupo de trabalho para proposição de um plano de ação para o programa de PSA Biodiversidade, os membros do grupo trouxeram uma lista de fundamentos técnicos que sugerem que sejam seguidos neste novo programa de PSA, sendo que estes fundamentos foram discutidos e ajustados ao longo da reunião.

Fundamentos para PSA Biodiversidade

- Objetivos principais: fomentar restauração em corredores ecológicos (áreas a identificar)
- Considerar adicionalidade de restauração de APP ciliares - áreas consolidadas / e de passivo de RL (áreas-alvo)
- Pagamento: insumos para restauração, vinculada ao PRA (um dos tipos de pagamento, além de monetário)
- Proprietário forneceria sementes de espécies ameaçadas e outras spp de interesse e receberia PSA por isso (um dos tipos de serviços ambientais elegíveis)
- Áreas potenciais de soltura de fauna (ASAS) (um dos tipos de serviços ambientais elegíveis)
- Critérios de elegibilidade: documentação, inserção em áreas de interesse (corredores ecológicos em áreas mais fragmentadas do PR, NW e CS, conectividade entre UCs), disposição a restaurar com vegetação nativa, percentual mínimo de vegetação nativa já existente.
- Critério de pontuação na tábua de valoração: restauração em RL (e não compensação extra-propriedade)
- Fontes de recursos futuros: comitês de bacias com cobrança pelo uso da água (Alto Iguaçu/Alto Ribeira, Norte Pioneiro, Tibagi)
- Buscar vínculos com linha do PSA hídrico
- Engajamento de usuários de SE hídricos, polinização (p/ culturas dependentes), controle biológico: conceito de “pacote de Serv. Ecosistêmicos” provido pela conservação e recuperação da biodiversidade

Quando se iniciou a discussão efetiva sobre a construção do plano de ação, foi ressaltada novamente pelos técnicos do IAT como forte limitante para a implementação deste programa, a atual dificuldade de obtenção de recursos para seu financiamento a partir das fontes usuais (como o FEMA), sendo constatada a necessidade de captação de recursos externos. Por conta disso, foi discutida a possibilidade de se desenvolver um plano de ação específico para buscar uma resolução do desafio de financiamento. Houve consenso neste ponto, e o facilitador João Guimarães, com base no que já havia sido exposto na oficina de PSA como exemplo de financiamento internacional para projetos de PSA no Brasil, propôs como objetivo para o plano de ação buscar o estabelecimento de um convênio de financiamento não-reembolsável com recursos do GEF ou outra fonte internacional de recursos para projetos ambientais, aos moldes do que foi obtido para financiamento do projeto Conexão Mata Atlântica.

A partir das contribuições dos participantes, foi construído então novo fluxograma do tipo linha do tempo das ações necessárias para se atingir este objetivo, que está apresentado no item planos de ação acordados.

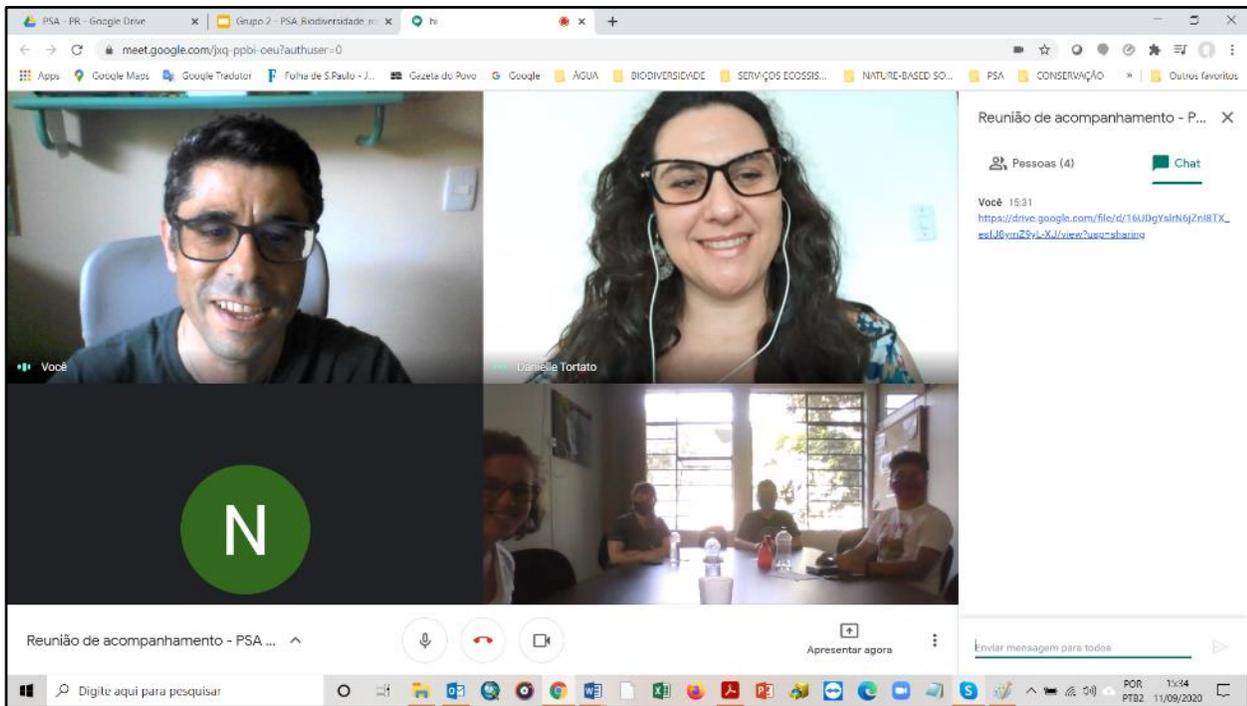


Figura 6 - Participantes do grupo de trabalho para desenvolvimento do plano de ação para o programa PSA Biodiversidade

Oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais (03/09/2020)

Esta oficina veio a conciliar 2 atividades de projetos diferentes no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (MMA/GIZ):

1) Intercâmbio de experiências sobre Conversão de Multas Ambientais: Encontro de técnicos do MMA, GIZ, IBAMA, ICMBio, e OEMAs de BA, PR, RJ e SP (proposta inicial de encontro presencial);

2) Desenvolvimento de capacidades em Instrumentos econômicos para Conservação e Mudanças Climáticas: Oficina integrada sobre Conversão de Multas Ambientais para os estados da Bahia e do Paraná.

Participantes e Instituições

Houve uma expressiva participação nesta oficina de intercâmbio, com diretores, gerentes e técnicos de diferentes órgãos ambientais em nível federal e estadual, sendo que foi registrada a presença de 65 participantes, de 10 diferentes órgãos ambientais, além de membros de outros órgãos da administração pública e entidades da sociedade civil. Do total de participantes, 15 eram provenientes do IAT e da SEDEST.

Lista de participantes na oficina de intercâmbio sobre conversão de multas

Número	Nome	Órgão
1	Patrícia Calderari	IAT-PR
2	Tereza Hoffmann	IAT-PR
3	Gerson Jacobs	IAT-PR
4	Caroline Arruda de Melo	IAT-PR
5	Mariese Cargnin Muchailh	IAT-PR
6	Bruno Reis Martins	IAT-PR
7	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT-PR
8	Talitha Pires Borges Leite	IAT-PR
9	Juliana Nishihara	SEDEST
10	Mauro Brito	IAT-PR
11	Rafael Andreguetto	IAT-PR
12	Mariese Cargnin Muchailh	IAT-PR
13	Andrey Araújo dos Santos	IAT-PR
14	Caroline Gaspar	IAT-PR
15	Eduardo Abilhoa	IAT-PR
16	Pedro Gasparinetti	CSF
17	Rafael Esteves	SEAS-RJ
18	Hilana Andrade	INEA-RJ
19	Bruno Filizola	GIZ

Número	Nome	Órgão
20	Tiago Zenero	GIZ
21	Maria-Olatz del Rosario Cases Vega	GIZ
22	Isabela Resende	GIZ
23	André Lima	GIZ
24	João Guimarães	Aquaflora
25	Caio Marques	IBAMA-RJ
26	Diego Emanuel Arruda Sanchez	IBAMA-PR
27	Rafael Frigerio	SIMA-SP
28	Luana Pereira	INEMA-BA
29	Daiane Cristina Maltez dos Santos	SEMA-BA
30	Fábio de Santana	SEPROMI-BA
31	Luciano Miranda	ABAF -BA
32	Carolina Henriques Campos	ICMBIO
33	Felipe Bastos Lobo da Silva	SEMA-BA
34	Emerson Luiz Servello	IBAMA-COREC
35	Mateus Motter Dala Senta	MMA-DECO
36	Marcos Silva Machado	INEMA-BA
37	Luiz Antonio Corrêa Lucchesi	IBAMA-PR
38	Thais Lobo dos Santos	SIMA-SP
39	Luiz Carlos de Araujo Junior	SEMA-BA
40	Vitor de Matos	SEMA-BA
41	Uilson Pablo Sa Rabelo de Araujo	SEMA-BA
42	Adelina Silva	INEMA-BA
43	Maria Daniela Martins Guimaraes	INEMA-BA
44	Bernardo Ferreira Alves De Brito	ICMBIO
45	Luciano De Petribu Faria	IBAMA-COREC
46	Edylene Cristina Da Silva Monteiro	IBAMA-RJ
47	Adriano Salles	SEPROMI-BA
48	Thais Michelle Oliveira	SIMA-SP
49	Erica Patricia da Silva	-
50	Raquel Caroline Alves Lacerda	IBAMA-COREC
51	Daniel Cabral	IBAMA-RJ
52	Larissa Dalmolin Caldonho	ICMBIO
53	Iria De Souza Pinto	IBAMA-COREC
54	Mariana Lima Henriques dos Santos	IBAMA-RJ
55	Miguel Calmon da Silva Neto	INEMA-BA
56	Sergio Luis Marcon	SIMA-SP

Número	Nome	Órgão
57	Wal Goulart de Macedo Santana Júnior	UPB-BA
58	Natali Lordello de Oliveira	INEMA-BA
59	Lincoln Schwarzbach	IBAMA-PR
60	Poliana Gonçalves Sousa	SEMA-BA
61	Neusa Maria Emidio	IBAMA-PR
62	Daniel Correia De Freitas	IBAMA
63	André Luis Oliveira	-
64	Isabel Fonseca Barcellos	SIMA-SP
65	Thais Michele Fernandes	IBAMA

Apresentações realizadas

Seguindo-se este formato de oficina integrada, houve a apresentação de experiências sobre a aplicação deste instrumento econômico em nível federal (IBAMA/COREC e ICMBio/CGPLAN) e em nível estadual (SIMA-SP, INEA-RJ, INEMA-BA, e IAT-PR).

Os slides das apresentações realizadas podem ser acessados em <https://drive.google.com/drive/folders/1LIMnkuFvpAEtnbTigLsXVA2kOyvgWsON?usp=sharing>

O vídeo com a gravação da oficina pode ser visualizado ou baixado pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/11hJvuQ6fi3eH8mXA7LDfwEa7tW98lp1b/view?usp=sharing> (parte 1)

https://drive.google.com/file/d/1e_GkQD3FFOvqGRM4XN9D4DhQ-i0aVIXI/view?usp=sharing (parte 2)

Os seguintes representantes das entidades anteriormente listadas fizeram as apresentações:

Bloco 1: A implementação da conversão de multas em serviços ambientais (experiência federal e estadual)

- Breve histórico dos programas, Principais características (governança, modalidades, implementação), e Lições aprendidas e recomendações

1. Emerson Servello (IBAMA - Coordenação de Recuperação Ambiental)
2. Carolina Campos (ICMBio - Coordenação-Geral de Planejamento, Operacional e Orçamento – CGPLAN)
3. Rafael Frigerio (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - São Paulo / Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade)

Bloco 2 Relato do status das políticas estaduais

1. Patrícia Calderari (Instituto Água e Terra - Paraná / Diretoria de Patrimônio Natural)
2. Marcos Machado (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Bahia / Diretoria de Fiscalização)
3. Hilana Andrade (Instituto Estadual do Ambiente - Rio de Janeiro / Serviço de Apoio à Presidência)



Figura 7 - Representantes da SEMA-BA, IAT-PR e GIZ na abertura da oficina, e facilitador da oficina.

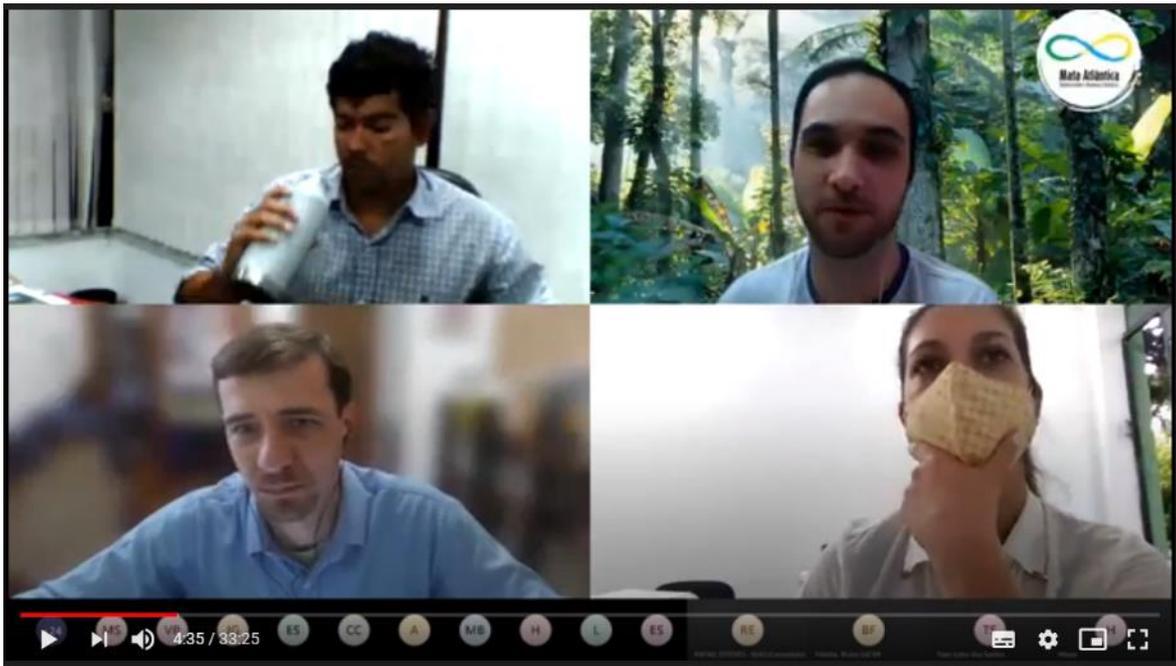


Figura 8 - Palestrantes do INEMA-BA, IAT-PR, SIMA-SP na oficina, e representante da GIZ.

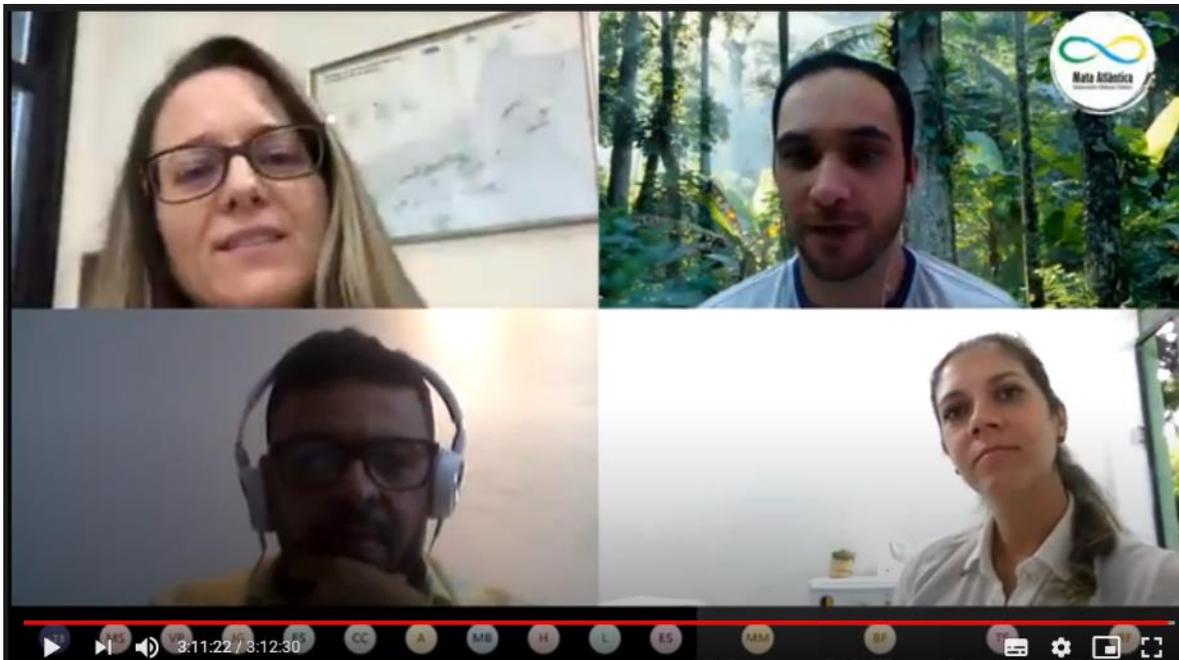


Figura 9 - Palestrantes do INEA-RJ e IAT-PR na oficina, e representante da GIZ.

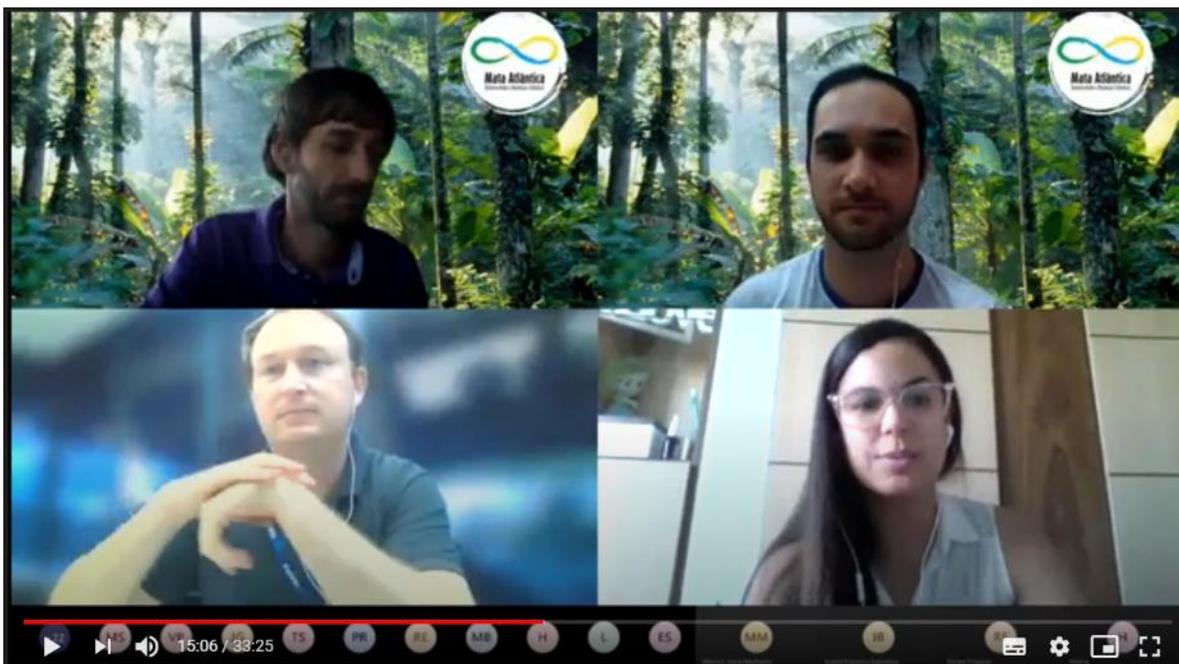


Figura 10 - Palestrantes do IBAMA e ICMBio na oficina, e representantes da GIZ.

Interação dos participantes

Houve uma sessão de perguntas e uma mesa virtual de debate entre os 6 representantes das entidades convidadas a apresentarem suas experiências com a implementação desta política.

A seguir seguem algumas das questões formuladas por participantes das oficinas, sendo que as respectivas respostas que puderam ser realizadas durante a oficina estão transcritas

Perguntas feitas ao representante da SIMA-SP:

1. Como se dá a sensibilização dos autuados para a adesão em SP? É/foi necessário algum esforço nesse sentido ou o processo da sanção já os conduz naturalmente para essa oportunidade?

R: O autuado não é diretamente conduzido para o processo de adesão ao mecanismo de conversão de multas, sendo necessário oferecer atrativos para a adesão dos mesmos. Uma experiência bem sucedida tem sido a mobilização por setores econômicos, tais como está sendo feito com o setor sucroenergético do estado. Muitas empresas deste setor já possuem estrutura e know-how para desenvolver por conta própria seus projetos de conversão de multa, o que torna a conversão na modalidade direta extremamente vantajosa, já que os custos de reparação são mais baixos que aqueles definidos pelo estado na modalidade indireta.

É importante que os agentes de conciliação apresentem de forma clara as vantagens que o autuado terá ao aderir ao dispositivo de conversão de multas para resolver seu passivo legal. Depois que foram criados os núcleos de conciliação no estado, o volume de conversão de multas cresceu consideravelmente. E possuir um portfólio de projetos já organizado, como é o caso da “prateleira de projetos” do Programa Nascentes ajuda muito no convencimento de autuados no caso da modalidade indireta.

2. Vocês chegaram a fazer alguma avaliação de impacto (quantidade de multas já convertidas, projetos concluídos, etc)?

R: Este é um dos gargalos que a SIMA-SP/CFB tem na implementação do programa. Importante separar o impacto relativo aos valores financeiros direcionados para conversão em serviços ambientais, dos resultados efetivos em termos ambientais ao fim dos projetos. Ainda estamos estruturando um banco de dados para melhor acompanhamento. Mas é bom destacar que os primeiros projetos de conversão de multas começaram efetivamente em 2018, sendo que a maior parte ainda não foi concluída, sendo necessário um tempo mínimo de 3 anos para a verificação (no caso dos projetos de restauração ecológica)

3. Os projetos propostos pelos autuados se diferenciam na qualidade em comparação aos demais projetos no SARE (Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica)? Quando não aprovados, o que se faz?

R: No caso da conversão direta das usinas sucroalcooleiras, como já indicado, existe boa capacidade de desenvolvimento de projetos de conversão em serviços ambientais, o que se reflete em boa qualidade dos projetos.

4. Em que momento se dá a conversão efetiva da multa? Na adesão (termo) ou conclusão do projeto?

R: A conversão de multa é considerada como concluída apenas no momento da verificação de atendimento aos parâmetros de monitoramento dos projetos de restauração (res. SMA 32/2014).

5. Qual o seu entendimento quanto a doação de bens como quitação das multas?

R: Não se adota este expediente na SIMA/CFB.

Perguntas feitas ao representante do INEMA:

1. É possível o expediente da conversão de multas na forma de doação de bens?

R: Sim, no caso da Bahia, a legislação referente permite o custeio de projetos ambientais desenvolvidos por entidade públicas, o que possibilita a conversão na forma de doação de equipamentos, por exemplo, para a execução das políticas ambientais do estado. Já houveram casos neste sentido, como doação de computadores, tablets e VANTs previstos em TACs.

Perguntas feitas à representante do IAT-PR:

1. Se entendi bem, a seleção foi aberta apenas para projetos propostos pelas suas próprias diretorias?

R: Neste primeiro momento, em caráter de “projeto piloto” o processo de seleção foi aberto apenas para as diretorias do IAT-PR.

2. Uma vez aprovados, quem os executará? As diretorias possuem recursos humanos e operacionais para isso? Seria pelos atuados ou haveria contratação de terceiros?

R: Quem executará os projetos são estas próprias diretorias, sendo que na submissão dos projetos eles tiveram que prever a equipe que vai executar o projeto, e quem fará o monitoramento (podendo terceirizar este serviço específico). Mas por enquanto acabamos de encerrar o processo de formação do banco de projetos, então é a partir de agora que veremos como vai funcionar na prática.

3. Existem outros limites (geográficos, piso ou teto de valor/ha, etc) ou só temático?

R: Não há outros limites além daqueles estabelecidos pelos eixos temáticos definidos para estes projetos da carteira interna do IAT, desde que os mesmos ocorram nos limites do estado do Paraná.

4. Em que momento se dá a efetiva conversão das multas? Celebração de termo ou conclusão do projeto?

R: Como por enquanto está se trabalhando com a modalidade indireta, neste caso entende-se que a obrigação do atuado no processo de conversão se encerrará no momento do pagamento da cota-parte de um projeto da carteira interna de projetos do IAT-PR.

Perguntas feitas à representante do INEA-RJ:

1. Hilana, sabe o porquê da proibição de doação de bens e equipamentos?

R: O parecer da PGE-RJ que orientou a elaboração do decreto de regulamentação da conversão de multas ambientais no estado, define que não pode ser considerada como prestação de serviços ambientais a doação de bens para órgãos ambientais estaduais. Mas um bem utilizado pelo autuado na prestação de serviços ambientais (conversão direta) pode ser eventualmente doado ao estado ao fim do seu uso na execução do projeto, porém seu valor não pode ser computado para fins de redução do valor de multa

2. Como que funciona a seleção de projetos, para compor o banco de projetos, sem ser na modalidade direta, ou seja, propostos pelo autuado?

Perguntas feitas a todos os participantes:

1. Existe por parte dos demais estados que já se apresentaram, uma tabela ou banco de dados com o balanço de todos os valores de multas a exemplo do que foi apresentado pelo INEA/RJ?

R: No caso do Paraná, este levantamento está previsto, mas ainda não foi iniciado; mas imagina-se que deve ser um valor elevado, pois existem muitas manifestações de autuados pela conversão de multas que ainda não foram efetivadas, pois as normativas para tal só foram elaboradas e publicadas agora em 2020. No caso da Bahia, a diretoria financeira do INEMA possivelmente tem este balanço, e informou ao diretor de fiscalização que esta arrecadação é bem baixa, pelo fato dos autuados geralmente buscarem postergar ao máximo o pagamento (inclusive via conversão) das multas. No caso de São Paulo, existe sim uma plataforma de gerenciamento (interface BI)

2. O baixo percentual de pagamento de multas no RJ, é parecido nos demais estados? Explicações possíveis para o não pagamento?

R: Segundo representantes da Bahia e de São Paulo, nesses estados o percentual de pagamento de multas também é baixo.

3. Existe a possibilidade de um projeto recuperar dano ambiental de outro auto de infração sem saber? Neste sentido, existem mapas atualizados de todos os danos ambientais e seus respectivos autos de infração?

R: A representante do INEA-RJ destacou que como os autos de infração possuem a descrição do dano, e como o autor do dano é o responsável pela sua reparação (independentemente do processo de conversão de multas), ela desconhece esta possibilidade. O representante da SIMA-SP reforçou este entendimento, visto que a reparação do dano sempre será de responsabilidade do autuado, a multa (e sua eventual conversão) é outra parte do processo de autuação. E que a SIMA-P tem um gerenciamento geoespacial apurado para evitar por exemplo sobreposição de esforços advindos de conversão de multas em uma mesma área.

4. Danos não identificados no âmbito do poluidor pagador, que não tem auto de infração, seriam prioridades para as missões das OEMAs?

R: No caso da conversão de multas, não há como haver danos não identificados, pois os mesmos estão descritos no auto de infração.

5. É usual bancar a elaboração do projeto com recursos da conversão?

R: No caso da SIMA-SP o valor de elaboração de um projeto executivo (para implementação dos serviços para conversão de multa) não é considerado como parte do montante convertido.

Matriz comparativa de políticas federais e estaduais de Conversão de Multas Ambientais

Também foi apresentada pelo facilitador da oficina (João Guimarães), de maneira muito breve, uma “matriz comparativa” das principais características das políticas de Conversão de Multas Ambientais conduzidas pelas seis instituições que se apresentaram anteriormente. As características levantadas foram:

- Marco Regulatório (Diretrizes gerais e Regulamentação)
- Governança (Coordenação e Execução)
- Gestão administrativa e financeira
- Comunicação (Engajamento de atuados e Relação com proponentes de projetos)
- Mecanismos de controle

Esta matriz comparativa está disponível para visualização e download no link <https://drive.google.com/file/d/1VOTMMWmYkgzr4R2u7zp3-E7ChDdS9WqC/view?usp=sharing>

Avaliações da Oficina

As impressões externadas por participantes de forma oral e via chat sobre a oficina de intercâmbio sobre Conversão de Multas Ambientais foram na sua grande maioria muito positivas. Muitos elogiaram a oportunidade de troca de experiências entre órgão ambientais de diferentes esferas administrativas, e também de aprendizado em relação a um instrumento que ainda é muito recente, em termos de efetiva implementação, principalmente em nível estadual, onde há muito espaço ainda para aprimoramento desta política.

Vale destacar a manifestação do representante do IBAMA/COREC ainda enfatizou que é interesse institucional do órgão em estabelecer cooperações técnicas com órgãos estaduais, sendo que estão abertos para conhecer as demandas dos estados e afinar esse intercâmbio. Indicou ainda que o IBAMA estimula os estados a apoiar e propor a submissão de projetos na modalidade direta conduzida atualmente por meio do Procedimento Administrativo de Seleção de Projetos (PASP). Ele também se colocou à disposição de compartilhar a experiência de construção e operação do sistema informatizado de gerenciamento de projetos de conversão de multas com os estados interessados.

Entre principais lições aprendidas pelos técnicos que lidam diretamente com a conversão de multas, foram destacadas:

1. É importante a triangulação “atuado x formulador de projetos x executor”;
2. Importante se estruturar arranjos financeiros bem organizados para desenvolver um sistema robusto de conversão de multas ambientais, por se tratar de recursos não orçamentários;
3. Existe um desafio na aferição dos resultados, para se saber se ao final dos projetos houve ou não ganhos ambientais;

4. É fundamental a estruturação de um sistema de gerenciamento informatizado para a condução dos processos de conversão de multas.

Encaminhamentos sugeridos

Foram também feitas sugestões de encaminhamentos pós-oficina, tais como:

- Criação de um grupo de troca de experiências sobre o tema, possivelmente por meio de um canal de comunicação virtual
- Realizar uma nova oficina de intercâmbio com interessados no tema (encontro presencial ou virtual);
- Estabelecimento de processo de diálogo entre o IBAMA/COREC e órgãos estaduais de meio ambiente interessados, para orientações com base na experiência federal com o tema;
- Que as perguntas realizadas na oficina e suas respectivas respostas fossem compiladas para posterior disseminação entre técnicos envolvidos com esta política ambiental;
- Que fosse formulado um documento ou artigo a partir da matriz comparativa das políticas federais e estaduais para Conversão de Multas Ambientais.

Reunião de acompanhamento

Na reunião de acompanhamento do grupo de trabalho para o instrumento de Conversão de Multas Ambientais no estado do Paraná, foi inicialmente apresentada a proposta inicial para um plano de ação, discutida previamente com os pontos focais do IAT no projeto de Desenvolvimento de capacidades, que era montar um documento tipo “fluxograma de processos” sistematizando o novo arranjo para o instrumento de Conversão de Multas ambientais na modalidade indireta (incluindo projetos piloto da carteira interna IAT, editais externos, etc).

O processo de conversão de multas envolve outras diretorias além da DIPAN (como as diretorias de Fiscalização, Inovação e Projetos Estratégicos/SEDEST). A DIPAN tem como atribuições estruturar uma carteira interna de projetos e realizar o monitoramento da execução e resultados dos mesmos. Existe um sistema eletrônico de autos de infração, que pode eventualmente incorporar os processos de conversão de multas, para seu gerenciamento informatizado.

Um dos participantes do grupo, Gerson Jacobs, mostrou um esboço inicial de fluxograma, que representava parte do processo de conversão de multas ambientais, nas etapas sob responsabilidade da DIPAN. Acordou-se então entre o grupo que, como plano de ação, seria desenvolvido um fluxograma mais abrangente com todas as etapas do processo de conversão de multas.

Foi então discutido entre o grupo quais seriam os componentes de um fluxograma de processos que compreendesse desde a etapa inicial, de lavração da multa, até a etapa de monitoramento da execução e dos impactos dos projetos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Os itens inicialmente definidos foram:

1. Autos de infração
2. Conciliação
3. Termos de conversão de multas
4. Formação de carteira interna de projetos
5. Editais de projetos externos
6. Publicidade dos processos de CdMA
7. Monitoramento de projetos

Oficina final: Instrumentos Econômicos (22/09/2020)

Participantes e Instituições

Ao todo, participaram da oficina de encerramento do ciclo de oficinas sobre instrumentos econômicos 28 membros do Instituto Água e Terra, além dos facilitadores e dos representantes da GIZ e do MMA.

Lista de participantes

Número	Nome	Órgão
1	Natália Golin	IAT
2	Juçara Garcia	IAT
3	Schirle Margaret dos Reis Branco	IAT
4	Mariese Cargnin Muchailh	IAT
5	Tereza Hoffmann	IAT
6	Jean Alex dos Santos	IAT
7	Lucas Nunes Lopes	IAT
8	Tauane Ribeiro	IAT
9	Lyandra Franco Carneiro	IAT
10	Beatriz de Bem Hirano	IAT
11	Rafael Andreguetto	IAT
12	Lucas Palanicheski Gomes	IAT
13	Caroline Arruda de Melo	IAT
14	Gustavo Henrique Kayser Vargas	IAT
15	Jonar Johannes Roth	IAT
16	Cesar Koczicki	IAT
17	Walquíria Letícia Biscaia de Andrade	IAT
18	Carolina Machado da Rosa	IAT
19	Talitha Pires Borges Leite	IAT
20	Adilson Wandembruck	IAT
21	Caroline Gaspar	IAT
22	Gerson Jacobs	IAT
23	Aline Fonseca	IAT
24	Ivo Dietrich	-
25	Andrey Araújo	IAT
26	Juliana Nishihara	SEDEST
27	Danielle Teixeira Tortato	IAT
28	Evelyn Jacques de Almeida	IAT

A seguir são apresentados alguns prints de tela da oficina final, para ilustrar a participação de técnicos do IAT e da SEDEST, além dos responsáveis pelo projeto biodiversidade e mudanças climáticas na Mata Atlântica pelo MMA e pela GIZ.

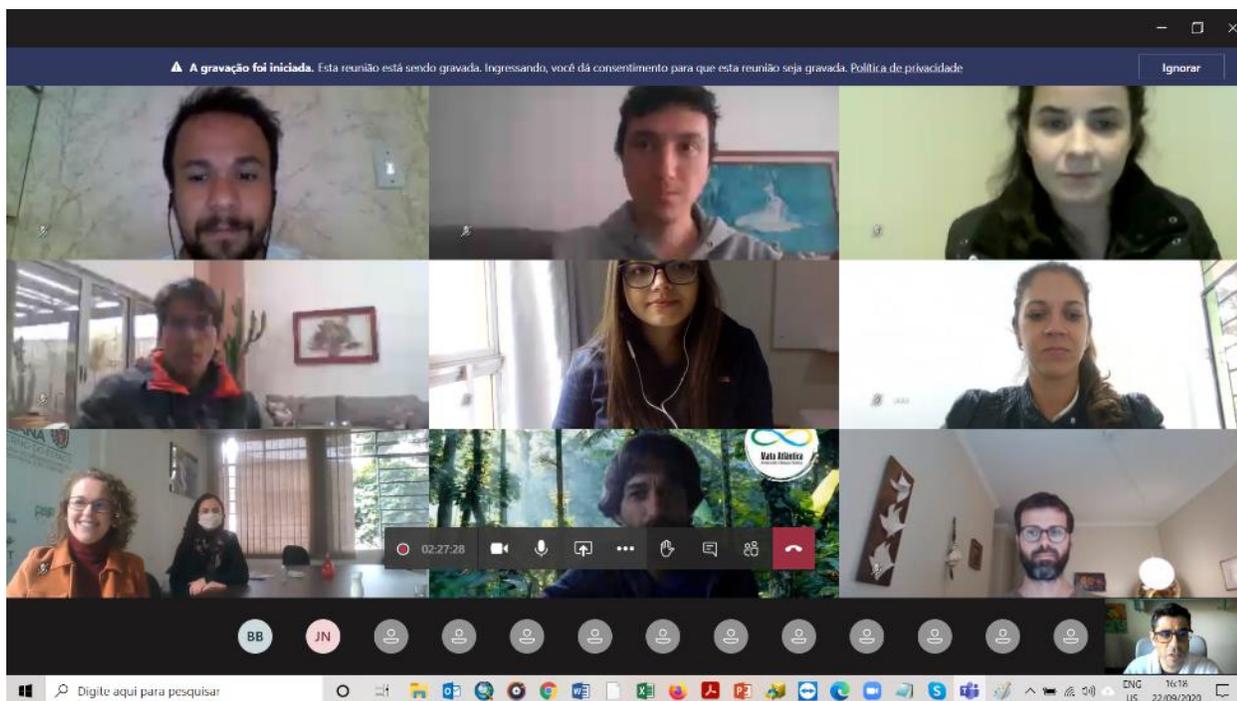


Figura 11 - Participantes da oficina final sobre Instrumentos Econômicos

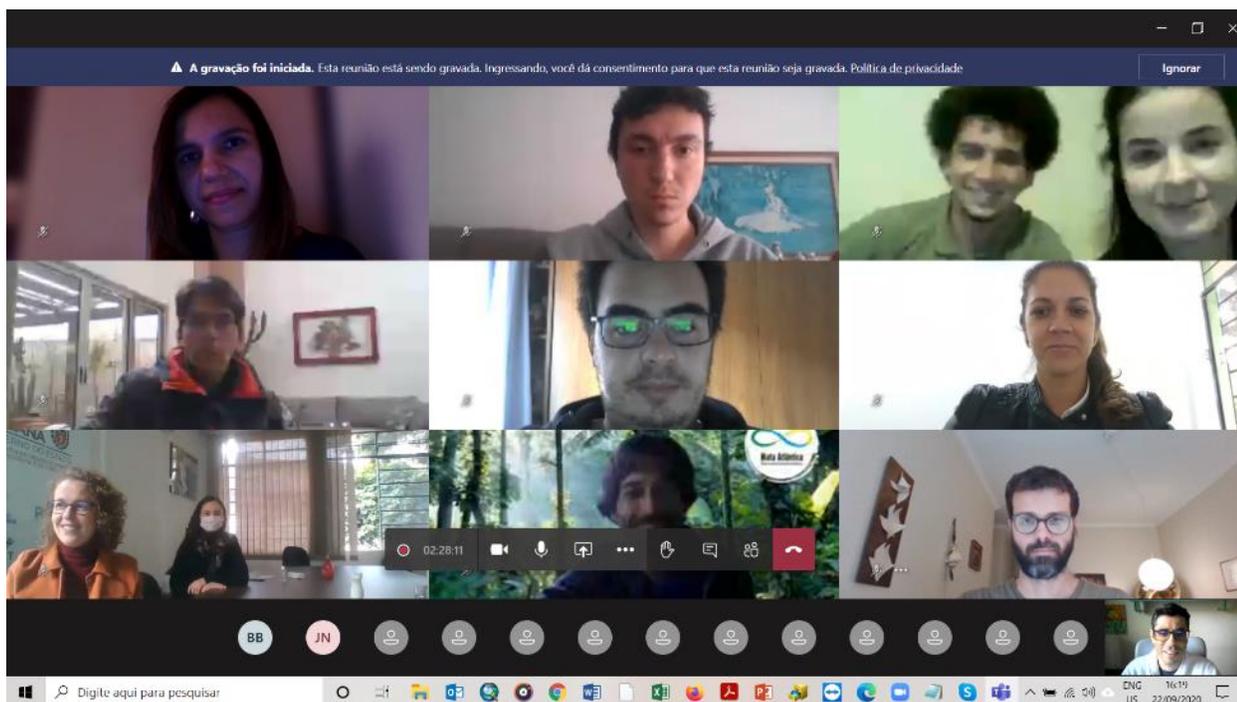


Figura 12 - Participantes da oficina final sobre Instrumentos Econômicos

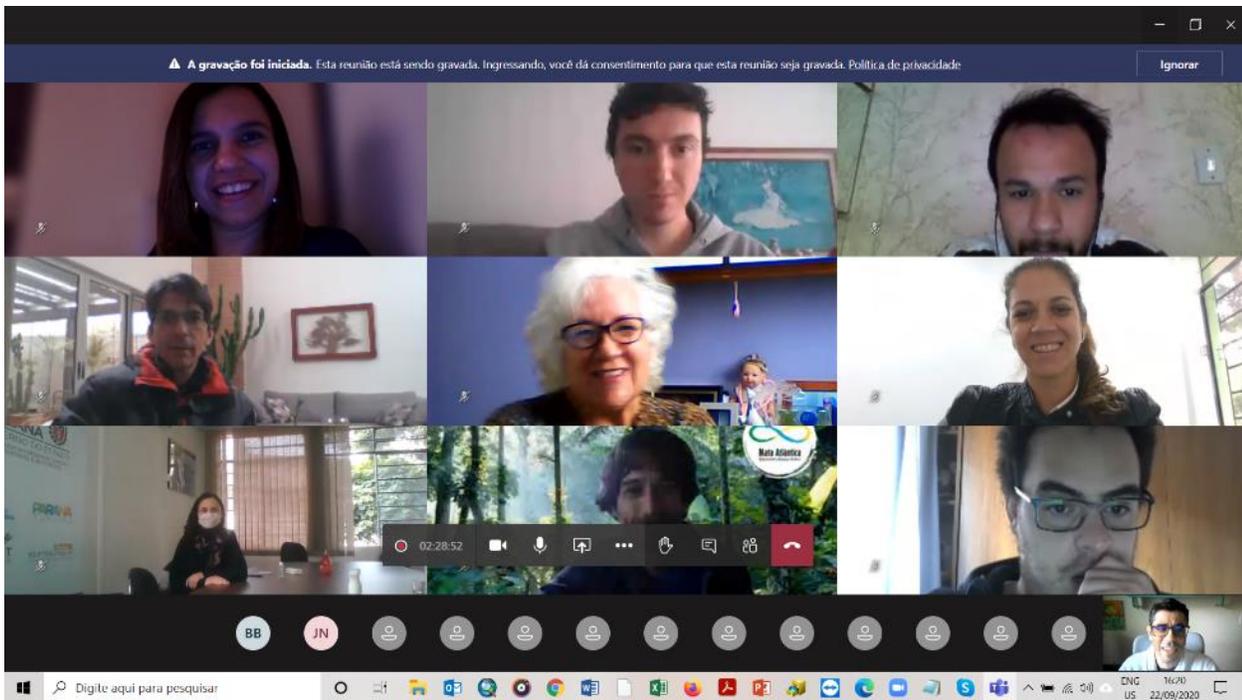


Figura 13 - Participantes da oficina final sobre Instrumentos Econômicos

O vídeo com a gravação da oficina pode ser visualizado ou baixado pelo seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/1u3VJWJaJbCbmq4Xf2C5O-XP6vtPRayva/view?usp=sharing> (parte 1)

https://drive.google.com/file/d/1IBkASG99VRiDUEVJJeZMyFLTaHLx_zzR/view?usp=sharing (parte 2)

Planos de Ação acordados

Realizado todo o processo de discussão e desenvolvimento dos planos de ação ao longo das oficinas temáticas e reuniões de acompanhamento, apresentam-se aqui os planos de ação apresentados na oficina final.

Plano de Ação: Modelos de Gestão de UCs

O que vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico/formação da equipe

- Fase inicial: Construção de diagnóstico das Unidades de Conservação;
- Análise estratégica está sendo feita (verificação das características das UCs)
 - Especificidades de cada UC estão sendo mapeadas para a proposição de modelos de gestão em cada contexto
- Vistoria técnica para padronização das informações obtidas no diagnóstico
- Análise das compensatórias (possível fonte de financiamento para apoiar gestão das UCs)
- Instrumentos financeiros ainda serão avaliados para melhor aplicação
- Municípios já utilizam modelos de gestão (Termos de referência, Termos de cooperação, e gestão compartilhada OSCIP)

Oportunidades que os modelos de gestão podem gerar ao estado

- ONGs, redes de educação ambiental: construção de relacionamento entre instituições
- Aliviar o ônus público com apoio de parcerias
- Acesso a novas fontes
- Procedimento jurídico construído para o próprio estado do Paraná
- Desburocratização de processos

Principais desafios e entraves para avanço no estado

- Falta de manuais para implementação dos modelos.
- Arcabouço jurídico
- Vontade política para somar esforços na adoção de alternativas de gestão / mudanças políticas alteram os encaminhamentos na gestão das UCs
- Desburocratizar atividades relacionadas à implementação de modelos de gestão
- Falta de infraestrutura das UCs (internet etc.) e dificuldade na catalogação das informações
- Áreas com potencial, porém a falta de regularização fundiária para implementar os modelos de gestão (processo longo)
- Empresa contratada para verificar a regularização fundiária nas UCs
- Dificuldade na comunicação (chefes UCs, terceirizados, funcionários)
- Divergência da gestão do Estado com a visão dos municípios
- Falta de corpo técnico (IAT)
- Necessidade de maior equipe para mapear alternativas de modelos de gestão

Como a situação fundiária vem afetando a construção de modelos de gestão de UCs no estado do Paraná

- Praticamente todas as UCs têm problemas com reg. Fundiária. Mesmo com contratação de empresa há um tempo para início das atividades.
- A Reg. Fundiária facilita o planejamento estratégico e mudanças de governo afetam diretamente também esse planejamento.
- **Solução:** priorização das UCs com potencial turístico / instituições de pesquisa / cadeias produtivas no viés do desenvolvimento sustentável

Ações para resolver os gargalos e envolvimento de atores chave

- Comunicar dentro e fora da instituição (secretarias de planejamento, emater e outros)
- Entender público alvo
- Firmar processos para assegurar permanência de processos mesmo com mudanças políticas
- Capacitação em modelos de gestão
- Criação de manuais para operacionalizar os diferentes modelos de gestão
- Fórum de entidades ambientalistas → + proximidade da Assembléia Legislativa
- Aproximação com entidades de interesse

O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível

- Formar grupos de discussão com apoio das universidades. Criar vínculos.
- Aproximar da população do entorno e voluntários (brigadistas, montanhistas)
- Finalização de diagnóstico
- Análise estratégica das UCs

O que poderia ser feito adicionalmente com uma equipe maior/novas consultorias

- Construção de manuais
- Consultorias poderiam ajudar no arcabouço jurídico dos modelos de gestão
- Revisão dos modelos de gestão compartilhada / permissão de uso / parceria por serviços prestados (montanhistas)
- Criação de Câmara Técnica para discutir modelos de gestão no Paraná.
- Melhora da fiscalização e monitoramento (concessão)
- Revisão dos TdRs para planos de manejo (contratação de consultorias)
- Aplicação do TdR para planos de manejo

Como o estado do Paraná tem se preparado para a criação de uma equipe especializada na temática de modelos de gestão de UCs?

- Assistência técnica para gestão de UCs (+ capacitados), porém ainda pouca equipe disponível
- Necessidade de capacitação dos chefes de UCs (governo está implementando PSS para capacitar chefes).
- Problema: nível médio de capacitação

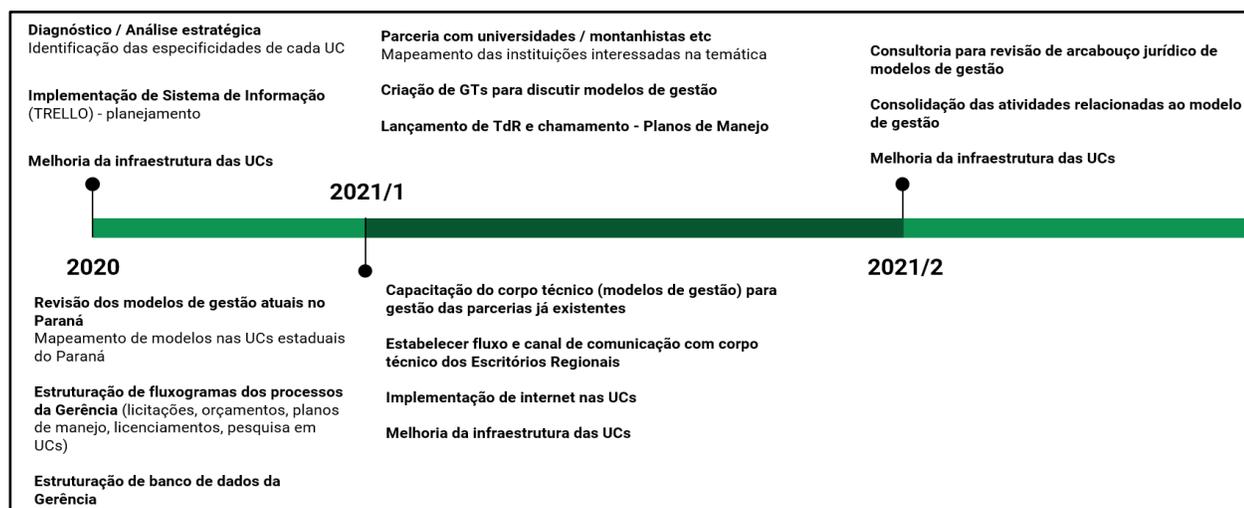
Indicadores para: Monitoramento, Processos, Resultados, Custos, Benefícios.

- Vila Velha (pode gerar indicadores para novas concessões)
- Nº de hectares / nº de UCs que tiveram regularização fundiária
- Nº de visitantes nas UCs

Temas de valoração que apoiariam decisões sobre o tema

- Valoração da água nas montanhas (provisão)
- Beleza cênica (disposição a pagar)
- Conservação: valor de existência (cultura e futuras gerações)
- Rede de relações sociais produtivas sustentáveis no entorno das UCs

Fluxograma final de processos



Plano de Ação: Compensação Ambiental

O que vem sendo feito para fazer avançar o instrumento econômico/formação da equipe

- Câmara técnica de compensação ambiental foi recentemente reativada (portaria nº 250 - 27/08/2020)
 - Aprovar o cálculo da metodologia de gradação de impacto ambiental
 - Aprovar TCCA e Plano de Aplicação (direta e indireta)
 - Planejar e aprovar o Planej. Anual de Execução e o Plano Operativo Anual
- Organização da informação
- Diagnóstico de demandas das UC foi feito recentemente

Desafios e entraves para seu avanço no estado

- Processos de compensação parados
- Instabilidade de funcionários na CAA
- Falta de técnicos (concurso ainda a acontecer)
- Faltam mecanismos regulatórios para facilitar aplicação de recursos (aprovação do regimento interno em reunião)
- Dificuldade de reedição de termos de compensação para redirecionar para outras UCs ou ações
- Restrições de uso de recursos em UC de uso sustentável que podem ajudar na conectividade

Oportunidades que o instrumento econômico e formação de equipe podem gerar ao estado

- Aumento na visibilidade do ecoturismo no estado, por meio da melhora da qualidade das UCs;
- R\$ 5 bilhões em empreendimentos que ainda tem que passar pelo processo de compensação

- Entrada de residentes e bolsistas ajudará a reforçar o corpo técnico envolvido em compensação
- Criação de corredores ecológicos conectando UCs (se for possível destinação para UC Uso Sustentável)

O que deve ser feito para resolver os gargalos e quais atores precisam ser envolvidos

- Manter diálogo frequente com MP e Procuradoria Geral do Estado para canalizar de forma mais eficiente recursos de TAC, TAJ
- Plano de aplicação de recursos (estratégico/operacional) - específico para cada empreendimento
- Plano de aplicação genérico
- Alimentar e manter atualizada matriz de avaliação estratégica para priorizar as UCs que necessitam de mais investimentos (conforme prioridades do decreto de regulamentação do SNUC)

O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível

- Levantamento e organização dos processos de compensação (documentos, contatos, estudos ambientais, etapas, protocolos das licenças) - Planilha de controle de processos
- Instrução técnica de processo de compensação para os empreendimentos: consolidação
- Regulamento interno

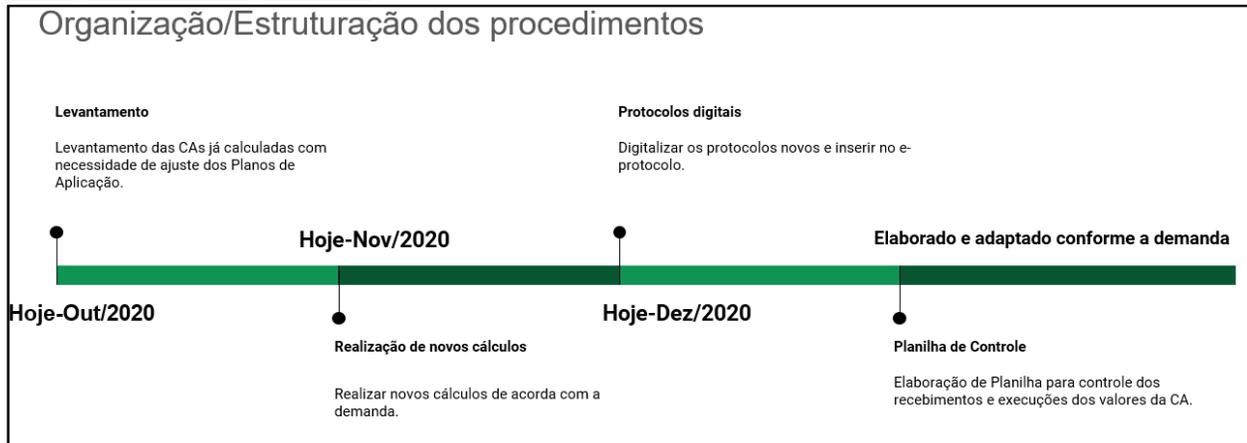
O que poderia ser feito adicionalmente com uma equipe maior

- Aceleração do processo de cálculo atualizado do valor de compensação de todos os empreendimentos (mais de 100)
 - Novos empreendimentos: a calcular com nova metodologia de cálculo (em fase final de aprovação)
 - Empreendimentos em licenciamento ou licenciados s/termo: metodologia vigente de cálculo
 - Empreendimentos em licenciamento ou licenciados c/termo: valor do termo

Cronograma de Reuniões da CCA

- **1° Reunião (28/09/20)**
 - Aprovação do regimento interno e apresentar instrução normativa
 - Justificativa das compensatórias antigas (apenas EIA/RIMA)
- **2° Reunião (14/10/20)**
 - Aprovação do recurso para o PE Ilha das Cobras e PE Serra da Esperança (Jonar: Levantamento dos cálculos já realizados, principalmente de empreendimentos na região das UCs citadas)
- **3° Reunião (28/10/20)**
 - Aprovação dos cálculos e termo de aplicação revisado (Ex: Pelo menos 10 cálculos)
- Periodicidade: Quinzenal.

Fluxograma final de processos



Conteúdo do Processo Digital

Deverá ser anexado no processo digital:

- Cópia de e-mails de solicitações e tratativas;
- Ofício com Custo Total do empreendimento;
- Licenças;
- Termo de Compromisso;
- Plano de Aplicação;
- Termo de Quitação/ Recibos.

Plano de Ação: Formação de Multiplicadores

O que vem sendo feito para fazer avançar o programa de formação de multiplicadores?

- **Identificação de temas de interesse** para capacitação de multiplicadores.
- Planejamento de capacitações para proprietários de **RPPNs sobre geração de renda** e sustentabilidade de Reservas.
- Planejamento de **parcerias** com: GIZ, Fundação Grupo Boticário, SEBRAE.
- Capacitações com técnicos de Municípios sobre conservação do patrimônio natural voltada ao **ICMS Ecológico. (Caravana)**
- Divulgação de materiais de apoio para a criação e a gestão de UCs.
- Planejamento de **mecanismos legais** de apoio às RPPNs.

Principais desafios e entraves para seu avanço no estado

- Muito tempo é gasto pela equipe tirando dúvidas pontuais de proprietários e **municípios**
- **Alto custo** para elaborar planos de manejo para RPPNs;
- Identificar **fontes de recursos** para apoio às RPPNs;
- Identificação de **proprietários prioritários/motivados** para criação de RPPNs
- Identificar parcerias para apoio **técnico** - universidades apoiando georreferenciamento.

- **Sensibilização** dos tomadores de decisão do sistema SEDEST quanto à importância dos incentivos financeiros para ações de conservação da biodiversidade.
 - Repasse de recursos para proprietários não é bem visto
- **Falta de clareza nos critérios** por parte dos municípios para criação de unidades de conservação - esforço acaba sendo subaproveitado.
 - Poderiam se enquadrar em categorias de manejo mais adequadas
- Técnicos dos Municípios para **identificação de áreas potenciais** para criação de UCs;
- Melhoraria o engajamento caso houvesse sequência de projetos de PSA.
- ICMS-E é limitado - aumento de UCs pulveriza recursos, torna a criação de RPPNs menos atrativa para os municípios - concorrência entre municípios.

Atores que precisam ser envolvidos para resolver os gargalos

Já estão envolvidos:

- Municípios;
- Proprietários de RPPNs;

Precisam ser envolvidos:

- Universidades
 - Auxílio ao georreferenciamento e elaboração de Planos de Manejos; Restauração (apoio técnico e de mão-de-obra)
- Proprietários rurais (possíveis futuros donos de RPPN)
- Instituições parceiras: GIZ, Fundação Grupo Boticário, SEBRAE
- Outros setores do sistema SEDEST (Secretário, Diretorias, Núcleo de Geoprocessamento, etc).

Oportunidades que os programas de capacitação e formação de equipe podem gerar ao estado

- Trabalhar com municípios com baixo IDH (e alto nível de conservação)
- Criação de RPPNs no Oeste do Estado (maior interesse) e na região Centro-Sul.
- Incentivar o uso público e geração de renda em RPPNs.
- Incremento de área protegida (proteção integral principalmente).
- Melhoria da gestão das RPPNs e, conseqüentemente, na qualidade ambiental das Reservas, incrementando SE como captura de carbono, manutenção da água, polinização, etc.
- Melhoria da qualidade de vida da população em geral.

O que pode ser feito esse ano pela equipe disponível

- 2020
 - Difusão de minuta de **Lei de PSA/RPPN Municipal** via ICMS Ecológico. (Tereza e Eduardo)
 - Contato com os Municípios para **levantar temas** de interesse para capacitação (Adilson, Eduardo, Carol)
 - Aproximação com as Universidades para parcerias (levantamentos de campo, planos de manejo, georreferenciamento) (Adilson)
 - Produção de **material de divulgação** sobre **geração de renda em RPPNs**. (Tereza e Tauane)
 - Selecionar um Município para realizar um piloto de **mapeamento** e identificação de suas áreas com potencial para criação de UCs; (Eduardo e Adilson)
 - Aproximação com instituições para parceria para capacitações (SEBRAE, F.Boticário, GIZ) (Todos)

- 2021
 - Estabelecimento de parcerias com Universidades (levantamentos de campo, planos de manejo, georreferenciamento) (Adilson)
 - Estudo sobre instrumentos de incentivo para manutenção e ou restauração da vegetação nativa em propriedades rurais. (poderia melhorar com equipe maior) (Eduardo e Adilson)

O que pode ser feito adicionalmente com uma equipe maior/novas consultorias

- 2020
 - Informações sobre importância de conectividade entre fragmentos, com uso de APP (margens de rios) e criação /estímulo a corredores entre os fragmentos da região.
 - Sistematização de processos internos, possibilitando maior tempo para planejamento estratégico.
 - Comunicação sobre ICMS-Ecológico (muito tempo é gasto tirando dúvidas; se informação fosse sistematizada, pouparia muito tempo) (atualizar site do IAT, seção de perguntas e respostas no site, sistema de relatório automático ou pessoa dedicada).
 - Estudo de paisagens para áreas prioritárias para conservação e restauração - resgatar estudo da Mariese.
- 2021
 - Treinamentos sobre aspectos básicos de ecologia, flora e fauna.
 - Atrair os programas de PSA aos interesses de ganho de mercado e publicidade de empresas (poderia melhorar com equipe maior)
 - Aplicar as capacitações aos proprietários de RPPNs por regionais.

Indicadores para: Monitoramento, Processos, Resultados, Custos, Benefícios.

- 2020
 - Número de municípios que aderem ao PSA/RPPN municipal (Meta: 5 novas adesões em 2020).
 - Material de divulgação para geração de renda em RPPNs.
 - Material de divulgação para PSA/RPPN Municipal.
- 2021
 - Número de pessoas capacitadas;
 - Incremento de área protegida através de UC;
 - Incremento de vegetação nativa através de restauração.
 - Qualidade das UCs - gestão, ecológicos, infraestrutura, uso público, ameaças, obtido através do escore anual do ICMS Ecológico.
 - Formação de corredores.

Temas de valoração que podem servir de apoio para a agenda

- Valoração da contribuição de uma UC piloto. Depois replicar para as demais UCs.
- Priorização de investimentos em UCs
- Útil para defender posição com políticos: “Vale a pena direcionar recursos para estes temas”
- Mostrar que PSA pode ser atrativo para políticos

Plano de ação: Arranjo do PSA/RPPN Municipal

Objetivo final: Elaborar fluxograma de processos e papéis de cada instituição, aspectos legais e estratégias para sensibilização de municípios

Serviços Ecosistêmicos contemplados

Biodiversidade, Água (Agricultura, Indústrias, Abastecimento, Hidrelétricas), Regulação climática (Agricultura), Carbono (via restauração), Turismo, Educação e Cultura, Polinização (Camomila, Morango, Café), Controle de pragas (Soja).

Setores Envolvidos

- Ofertantes (Fornecedores de Serviços Ecosistêmicos - Beneficiários dos Pagamentos): Proprietários de RPPN
- Demandantes (Beneficiados pelos Serviços Ecosistêmicos): Municípios (arrecadação); População em geral (abastecimento de água); Produtores rurais (polinização e água); Indústria (Bebidas, Celulose, Química, Cosméticos)

Áreas Prioritárias

- Municípios cujas prefeituras e proprietários rurais buscam apoio (Diversas regiões do Estado).
- Demandas já existentes: Municípios de: Lunardelli, Guaraqueçaba, Antonina, Santa Fé, etc.
- Regiões com tradição de manejo florestal (Erva Mate, Pinhão) que não têm muitas RPPNs

Fontes de Recursos

Prioritário: ICMS-Ecológico

Outras possibilidades: Fundo de compensação ambiental, e setor privado dependente de serviços ecosistêmicos (Hidrelétricas, abastecimento, bebidas, etc)

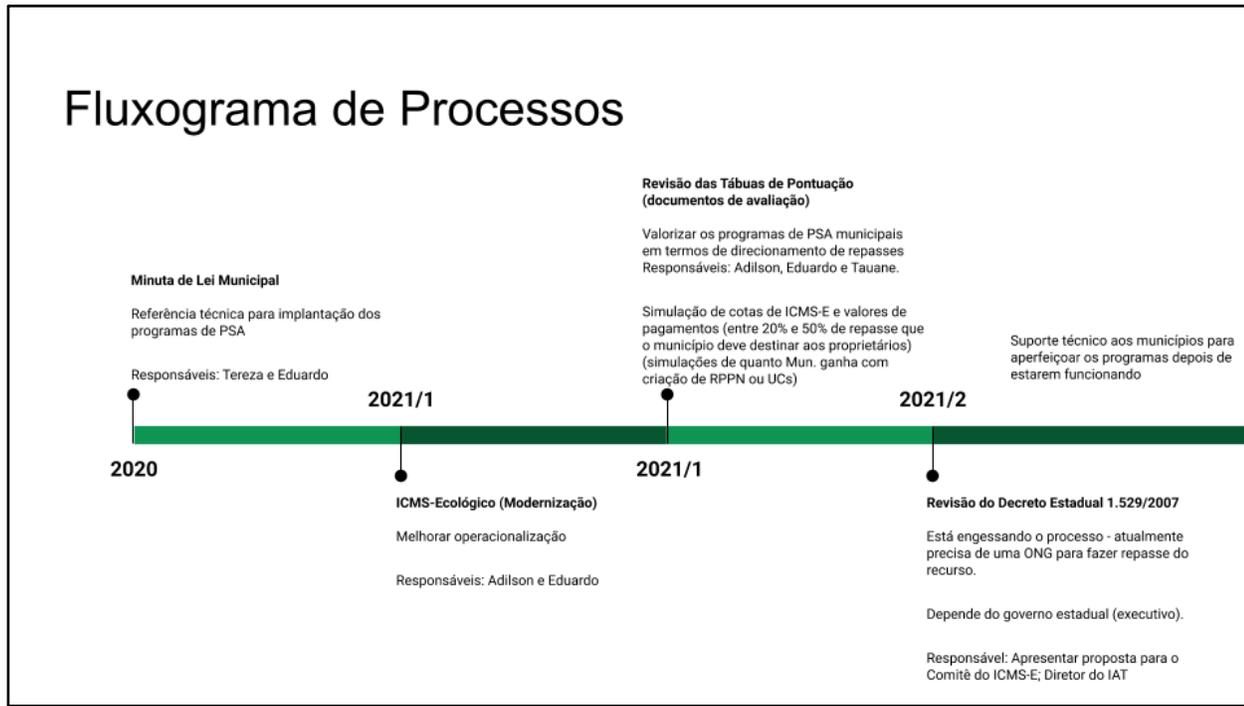
Aspectos legais

- Quais leis apoiam o processo: Lei Estadual 17.134/2012 PR; Portaria IAP 263/1998 - IAP
- Quais normas precisam ser criadas ou atualizadas: Decreto Estadual 1.529/2007. (1) Está engessando o processo - atualmente exige uma ONG para fazer repasse do recurso, o que desmotiva municípios. (2) Forma rígida de prestação de contas.
- Municípios devem criar leis para regulamentar programa de PSA municipal - minuta de lei em fase de elaboração.

Estratégias para sensibilização de municípios

- A equipe do ICMS Ecológico está em constante comunicação com os municípios e tem difundido as diretrizes para o PSA municipal. A manutenção da agenda de atendimentos é a principal estratégia para difundir o mecanismo. Diversos municípios já estão sensibilizados.
- Geração de informações técnicas para subsidiar decisões políticas dos municípios (existem folders para criação de RPPN, sobre UCs estaduais e ICMS-Ecológico, mas ainda não se produziu folders sobre PSA).
- Maior transparência de dados.

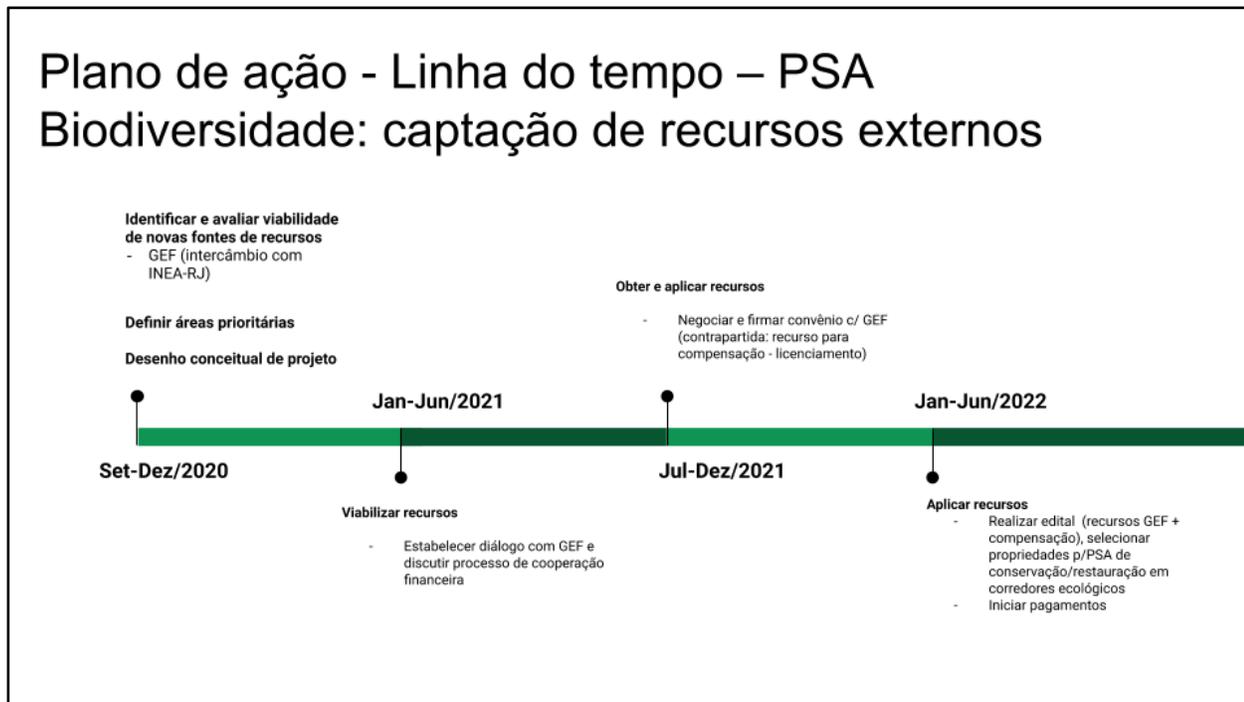
Fluxograma final de processos



Plano de ação: PSA Biodiversidade

Objetivo final: viabilizar fontes de recursos externos (cooperação internacional)

Fluxograma final de processos



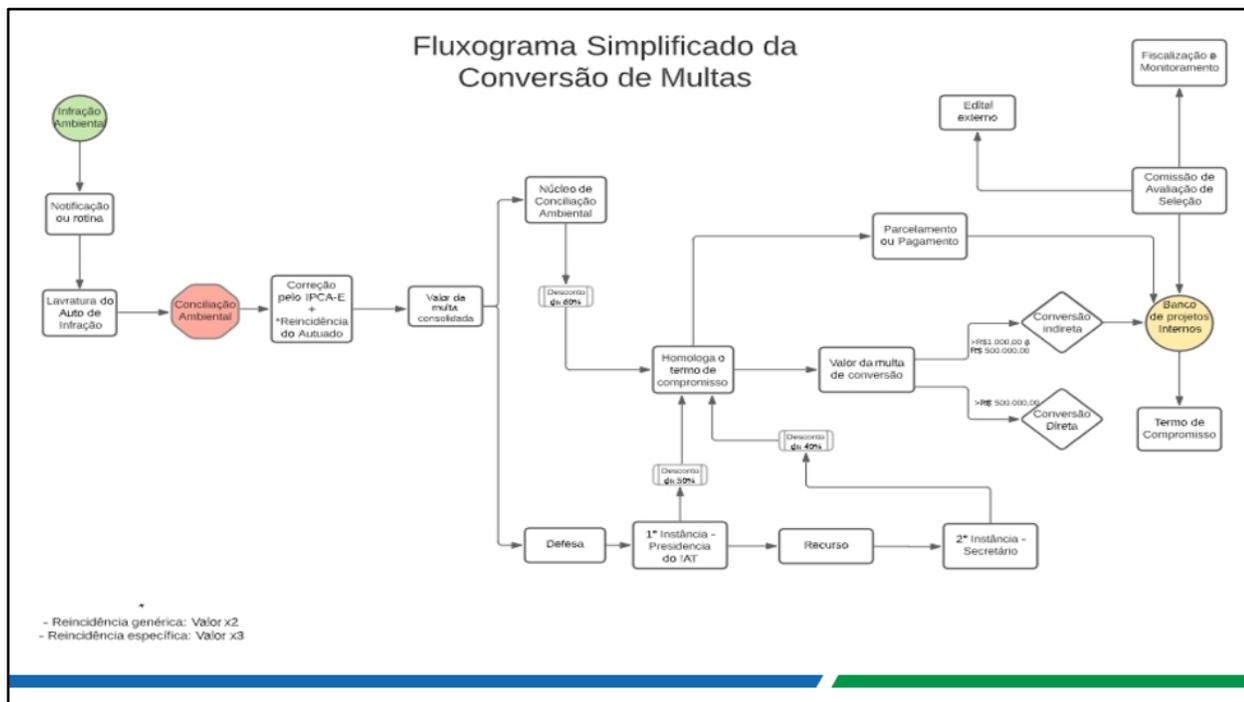
Plano de ação: Conversão de Multas Ambientais

Conversão de Multas Ambientais Indiretas (2020)

- Plano de ação e Próximos Passos



Fluxograma final de processos



Impressões sobre os encontros e o processo de aprendizagem

Após a apresentação dos 6 planos de ação, foi reservado um momento para os participantes manifestarem suas impressões sobre todo o processo de realização das oficinas e de desenvolvimento dos planos de ação. Para tanto, foram propostas algumas perguntas orientadoras, listadas a seguir, assim como as respostas registradas por meio da plataforma “Poll Everywhere”:

1. O que funcionou bem em todo o processo (oficinas, reuniões, desenvolvimento de plano de ação)?
 - Abordagem de temas e oficinas relevantes
 - Autoridades de peso para abordar os assuntos da Oficina
 - Planos de ações com equipes diversificadas: muito interessante
 - Compartilhamento de conhecimentos
 - Ótima condução, bem como agradecemos o apoio da GIZ
 - Reuniões de acompanhamento
 - Metas estabelecidas
 - Na minha opinião, o processo todo foi muito funcional. Infelizmente, tive problemas em algumas ocasiões em razão da instabilidade da internet no meu local de trabalho.
 - Desenvolvimento de plano de ação
 - Parabéns pela ótima condução através da formulação de todas as perguntas.
 - Objetividade e possibilidade de construção conjunta.
 - #planodeação

2. O que poderia ter sido melhor?
 - Maior envolvimento de chefias com atribuições-chave no IAT.
 - Oficinas mais curtas
 - Atendeu às expectativas.
 - Conteúdo denso, talvez distribuir melhor
 - A Oficina teria sido melhor se fosse física, virtual gera problemas que atrapalham em certos momentos. Entendo que a culpa é da Pandemia.

3. Como os frutos desse processo podem efetivamente auxiliar em meu trabalho?
 - Ótimo networking e inspiração em outras iniciativas mais desenvolvidas
 - Definir as ações de maneira objetiva
 - Possibilita reestruturar um processo que já está planejado, com um olhar atualizado para o momento.
 - É uma oportunidade para sair da rotina e da correria do dia-a-dia e planejar estrategicamente as ações de cada instrumento econômico.
 - Fluxo de informações e oportunidades que podem ser exploradas

Um dos maiores resultados do processo das oficinas e das reuniões de acompanhamento, segundo participantes que se manifestaram oralmente, foi o fato dos envolvidos poderem ter tido um momento reservado para avaliação e discussão de processos que já estão ocorrendo, mas que podem ser aperfeiçoados por meio da avaliação de oportunidades de melhoria e ajustes. O ciclo de oficinas e o processo de desenvolvimento de planos de ação também foram avaliados como ‘muito úteis’ para reflexões e tomada de decisões sobre oportunidades de aperfeiçoamento de procedimentos internos para condução de políticas relacionadas a instrumentos econômicos para a conservação de biodiversidade e de enfrentamento às mudanças do clima.

Ao final dessa oficina de Desenvolvimento de capacidades e de estratégias para implementação e aperfeiçoamento de instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade e enfrentamento das mudanças do clima no estado do Paraná, houve a formação de uma mesa virtual de encerramento, com as participações de Maria Olatz Cases, Diretora do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica pela GIZ, Otávio Gadiani Ferrarini, Coordenador do mesmo projeto pelo Ministério do Meio Ambiente, e Rafael Andreguetto, Diretor de Patrimônio Natural no Instituto Água e Terra.

Rafael Andreguetto agradeceu aos parceiros da GIZ e do MMA por terem possibilitado a realização desse ciclo de oficinas, e estendeu o agradecimento às diretorias e gerências do IAT e da SEDEST envolvidas nas oficinas. Ele indicou que espera que este processo de aperfeiçoamento dessas políticas ambientais tenha continuidade dentro da atuação do IAT, e que um desafio agora é trazer estas soluções apontadas nos planos de ação para dentro dos trabalhos da organização. Ressaltou que um dos principais resultados deste ciclo de oficinas foi a troca de experiências entre técnicos de diferentes gerências e diretorias, o que pode ajudar muito na identificação de oportunidades de cooperação entre diferentes divisões do IAT, principalmente nesse momento desenvolvimento de novas normativas e de reformulação de alguns programas, como o PSA. Rafael finalizou sua fala sinalizando que está aberto a desdobramentos advindos desse ciclo de oficinas, e espera que novas parcerias possam ser construídas com a GIZ e o MMA.

Maria Olatz elogiou o empenho e dedicação dos participantes em um momento tão difícil como esse para anemia, por terem se engajado num processo tão intenso de oficinas reuniões de acompanhamento e desenvolvimento de planos de ação. Ela indicou que a abordagem da GIZ para oficinas como essa preza não somente a transmissão de conhecimento, mas também o aproveitamento do conhecimento coletivo dos participantes e o desenvolvimento de produtos a partir destas discussões. Maria também agradeceu muito aos participantes e aos facilitadores por terem aceitado o desafio de participarem deste ciclo de oficinas inteiramente em um ambiente virtual, o que também foi um desafio para a GIZ, já que o curso tinha sido planejado para ser realizado presencialmente. Ela fez agradecimentos especiais ao IAT pelos compromissos assumidos, principalmente às organizadoras do ciclo de oficinas dentro da organização, Patrícia Calderari e Tereza Hoffmann, que tiveram um papel fundamental na datação do programa do curso as demandas identificadas com mais importantes para o contexto atual do IAT. Maria Olatz também destacou que um dos principais intuítos do ciclo de oficinas era a elaboração de produtos na forma dos planos de ação que espera que possam ser aproveitados como sementes para o aperfeiçoamento de políticas públicas de Meio Ambiente do Estado do Paraná, em que possa realmente haver um desenvolvimento de capacidades institucionais além das capacidades individuais. Por fim ela ressaltou a disponibilidade da GIZ em continuar a parceria com o IAT para eventualmente buscar a concretização de alguns aspectos dos planos de ação, mesmo estando o projeto Mata Atlântica em vias de encerramento ao fim deste ano.

Otávio Ferrarini (MMA/DECO) também destacou a dedicação e o engajamento de toda a equipe organizadora e dos técnicos que participaram do ciclo de oficinas, o que foi fundamental para que os resultados fossem tão efetivos. Ele também destacou que o tema referente instrumentos econômicos para conservação da

biodiversidade enfrentamento das mudanças do clima é altamente estratégico no momento em que vivemos, e disse que as três linhas temáticas abordadas no curso estão muito alinhadas às estratégias em desenvolvimento pelo Ministério do Meio Ambiente, reforçando que é nos estados que efetivamente estas políticas públicas podem ser concretizadas. Ele também destacou o aspecto de interdisciplinaridade que marcou este ciclo de oficinas, com a integração de técnicos com diferentes formações e atribuições, o que, segundo ele, contribui muito para a concretude dessas iniciativas. Otávio comentou também que, apesar de qualquer processo de capacitação ser muito importante, quando ao fim desse processo são produzidos planos de ação, os resultados são muito mais efetivos; ele destacou que houver oportunidade de que ações que já estão em desenvolvimento pelo órgão ambiental puderam ser discutidas e lapidadas. Por fim, Otávio reforçou o compromisso já apontado pela diretora da GIZ em se discutir com o IAT algumas possibilidades para avançar na concretização de algumas atividades previstas nesses planos de ação, na reta final do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica.



Figura 14 - Print de tela com os participantes da mesa virtual de encerramento do ciclo de oficinas